

## **EDITAL**

**PROCESSO Nº 1175/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**  
**INVERSÃO DE FASES**  
**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1** – A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF, torna público que realizará licitação, sob a modalidade **Pregão Eletrônico com sistema registro de preços**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **serviços de conservação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, com recomposição da pavimentação, e conservação e manutenção de pavimentação em paralelos, e CBUQ no município de Cabo Frio - RJ**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência

**1.2** – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelo Decreto Municipal 7.074/2023, pelas demais normas legais inerentes ao objeto, bem como pelos preceitos de Direito Público, e pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

**1.3** – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o **Sistema Licitanet**, disponibilizado e processado no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), devendo as licitantes providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

**1.4** – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

**1.5** – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.6** – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://transparencia.comsercaf.rj.gov.br/>.

**1.7** – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Agente de contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por

meio eletrônico, diretamente pela plataforma em que se dará a licitação ou, alternativamente endereçando o requerimento ao correio eletrônico [cpl@comsercaf.rj.gov.br](mailto:cpl@comsercaf.rj.gov.br).

**1.7.1** – O Agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia anterior à data de abertura do certame. Para isso, poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**1.8** – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, diretamente pela plataforma em que se dará a licitação ou, alternativamente endereçando o requerimento ao correio eletrônico: [cpl@comsercaf.rj.gov.br](mailto:cpl@comsercaf.rj.gov.br).

**1.8.1** – Caberá ao Agente de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação e limitado ao último dia anterior à data de abertura do certame.

**1.8.2** – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**1.8.3** – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo nas hipóteses em que a correção dos termos do edital não afete diretamente à elaboração das propostas.

**1.9** – A licitação não prosseguirá nos atos anteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1 ou 1.8.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Agente de contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## **2. DA INTERESSADA(O)**

**2.1** – A presente licitação fora proposta por ato do ordenador de despesas responsável pelo **Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF**, tendo colhido as devidas autorizações, conforme constante no processo administrativo em epígrafe.

## **3. DO DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

**3.1** – No dia **19 de FEVEREIRO de 2026, às 09:00 horas**, o Agente de contratação iniciará a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 COM SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/) .

**3.2** – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Agente de contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

#### **4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1** – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos

**4.2** – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II deste edital, totalizando a importância de **R\$ 63.116.457,59 (Sessenta e três milhões, cento e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**.

#### **5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**5.1** – O critério de julgamento da presente licitação é o *julgamento pelo **Menor Preço Global***.

#### **6. DOS PRAZOS**

**6.1** – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até 10 (dez) anos, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

**6.2** – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3** – O serviço que é objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de ordem de início a ser expedido pelo setor competente do(a) COMSERCAF.

**6.4** – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados.

**6.4.1** – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**6.4.2** – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**6.4.3** – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**7.1** – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao provedor do sistema, através do sítio eletrônico [https:// \*\*www.licitanet.com.br/\*\*](https://www.licitanet.com.br/) .

**7.2** – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

**7.3** – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

**7.4** – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

**7.5** – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada licitação.

**7.6** – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**7.7** – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

**7.8** – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação do Fundo contratante para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindido em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

**7.9** – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

**7.10** – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

**7.11** – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.12** – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.13** – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**7.14** – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

**7.4.1** – A empresa estrangeira, que concorrer à licitação deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

#### **7.15 – CONSÓRCIO**

**7.15.1.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na futura licitação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, como medida apta a ampliar a competitividade do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**7.15.2.** A permissão para participação de consórcios encontra amparo na legislação vigente e no entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, segundo o qual a vedação à formação de consórcios deve ser devidamente motivada, sob pena de restrição indevida à competitividade, não se verificando, no caso concreto, óbice técnico ou operacional que justifique sua proibição.

**7.15.3.** Considerando a natureza do objeto, a diversidade de serviços envolvidos e a necessidade de adequada capacidade técnica e operacional, entende-se que a atuação consorciada pode contribuir para a execução eficiente do objeto, sem prejuízo ao interesse público, desde que observadas as condições legais aplicáveis.

**7.15.4.** As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e da futura execução contratual, inclusive quanto às responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais, nos termos do art. 15, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.15.5.** O instrumento convocatório (Edital) estabelecerá, de forma expressa, clara e objetiva, todas as condições, limites e exigências para a participação de consórcios, incluindo, no mínimo, a forma de

comprovação da constituição do consórcio, a indicação de empresa líder, a definição das responsabilidades das consorciadas, os critérios de habilitação técnica e econômico-financeira e demais requisitos necessários à adequada execução do objeto.

**7.15.6.** A admissão de consórcios, nos termos ora justificados, não compromete a eficiência, a segurança jurídica ou a gestão contratual, permanecendo assegurados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e interesse público.

## **7.16 – COOPERATIVA**

**7.16.1.** Considerando a necessidade de indicação de preposto durante a execução dos serviços, não será possível a participação de empresas, em cooperativa, principalmente na medida em que, pela natureza da atividade ou pelo modo como o serviço é usualmente executado no mercado, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a empresa contratada, bem como pessoalidade e habitualidade, situação que veda a participação de sociedades cooperativas em licitações, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

## **8. DO CREDENCIAMENTO**

**8.1** – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Licitanet**, através do sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>

**8.1.2** – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**8.1.3** – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à licitação.

**8.1.4** – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria interessada, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**8.1.5** – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

**8.2.** A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido



diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

**8.2.1** – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO**

**9.1** – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1. e documentação técnica/certificação do bem/produto, quando exigida no Termo de Referência.

**9.1.1** – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

**9.1.2** – As propostas de preço serão ofertadas com base no valor *por item* do objeto licitado, sempre discriminando os valores unitários de cada item, necessários para composição do montante final da proposta.

**9.1.3** – As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas as que contenham a descrição do objeto, valor e eventuais anexos.

**9.2** – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

## **10. DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO:**

A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da Lei Federal 14.133/2021, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

Ressalta-se que o sistema de inversão de fases adotado nesse processo traz a condição eficiente e necessária de disputa para os concorrentes aptos a executar o processo da contratação, garantindo um ganho em qualidade dos serviços e bens adquiridos, além de reduzir significativamente o tempo e os custos associados ao processo de licitação.

A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos, contribuindo para a seleção de fornecedores capacitados, resultando em contratações de qualidade e mais eficazes. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação, bem como os valores da contratação são evidenciados por planilhas de composição de custos definidos pela legislação ta, tributária e previdenciária. Ou seja, a administração pública não será

onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução. Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Esta transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais “aventureiros” que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços. A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas e exigências do Poder executivo, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço.

A inversão de fases mostra-se justificável e mais eficiente, especialmente em contratações que envolvem o transporte de pacientes, cujo objeto exige não apenas menor preço, mas também a efetiva capacidade técnica e estrutura operacional por parte da empresa contratada. Verifica-se, com frequência, que empresas sem capital social adequado, sem experiência comprovada ou sem os meios técnicos necessários acabam apresentando lances inferiores, mas, ao serem submetidas à fase de habilitação posterior, demonstram não atender aos requisitos exigidos no edital. Tal circunstância acarreta prejuízos significativos à Administração, com a perda de tempo processual, risco de inexecução contratual e, não raramente, o comprometimento da finalidade pública, seja pela frustração do certame, seja pelo vencimento do prazo legal ou orçamentário para a contratação

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista Neste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:**

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

**11.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.**



**11.2** – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

**11.3** – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

**11.4** – O Agente de contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

**11.4.1** – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**11.5.** Para habilitação neste certame, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

## **12. – Da Habilitação Jurídica**

**12.1.1** Cédula de Identidade do responsável Legal.

**12.1.2** Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

**12.1.2.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

**12.1.2.2 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

**12.1.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento

comprobatório de seus administradores; ou

**12.1.2.4 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**12.1.2.5** Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.1.3** Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

**12.1.4** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13 – Da Habilitação Econômico-Financeira:**

**13.1** Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

**13.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, acompanhados de suas respectivas declarações, assinadas pelo Contador, acompanhada da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos exigidos neste edital, a saber:

$ILG = (AC + RLP)/PE$ , onde

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

#### **14 - Das Declarações:**

**14.1** Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.**

**14.1.1** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

**14.1.2** Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.**

**14.2** Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital e do Termo de Referência, pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

#### **15 – Da Habilitação Fiscal**

**15.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

**15.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

**15.3** Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**15.4** A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

**15.5** A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

**15.6** Prova de regularidade perante à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**15.7** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

**15.8** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**15.9** Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**15.10** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

**15.11** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16 – Da Documentação Relativa à Habilitação Social e Trabalhista**

**16.1** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## **17 – Da Qualificação Técnica**

**17.1** Para comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme Resolução PGE nº 4504, de 31 de janeiro de 2010 e o artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.2** A comprovação abrangerá a Capacidade Técnico-Operacional da empresa e a Capacidade Profissional do(s) responsável(is) técnico(s), conforme detalhado a seguir:

### **17.2.1 – Capacidade Técnico-Operacional**

A Capacidade Técnico-Operacional refere-se à comprovação de que a empresa possui experiência anterior na execução de serviços ou obras semelhantes ao objeto desta licitação, demonstrando que dispõe de estrutura, equipamentos, métodos e organização adequados para a execução contratual.

**17.2.1.1** A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional será feita mediante a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto

da licitação emitida pelo CREA ou CAU, conforme o caso, devidamente vinculada aos atestados apresentados, conforme as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas no item 17.2.1.3;

**17.2.1.1.1** Será admitida a apresentação de mais de um Atestado de Capacidade Técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.

**17.2.1.1.2** Deverá ser apresentada Certidão de Acervo Operacional – CAO (ou a Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, conforme o caso, devidamente vinculada aos atestados apresentados.

**17.2.1.2** Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da contratação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

**17.2.1.3** A aptidão técnico-operacional deverá contemplar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no Anexo I do Termo de Referência, referentes às parcelas de maior relevância, a saber:

20	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA,EM CONCRETO ASFALTICO,E M AREAS COM INTERFERENCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES,COM ESPESS URA ATE 5CM,INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE,EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBR A (VIDE	M2	220.404,50
44	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE,IMPORTA DO DE USINA,EXECUTADO EM UMA CAMADA,DE ACORDO COM AS INSTRUC OES/ESPECIFICACOES DO CONTRATANTE,COMPREENDENDO PREPARO,ESPA LHAMENTO E COMPACATACAO MECANICOS E OS MATERIAIS,EXCLUSIVE T RANSPO	T	34.443,14

**17.2.1.4** Exigência técnica específica para este serviço, considerando a complexidade tecnológica: Execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico para o serviço.

## 17.2.2 – Capacidade Técnica Profissional

A Capacidade Profissional diz respeito à comprovação de que a empresa dispõe, em seu quadro permanente, de profissional(is) legalmente habilitado(s) e detentor(es) de experiência técnica compatível com o objeto licitado.

**17.2.2.1** Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

**17.2.2.2** Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, profissional ou profissionais de nível superior detentores de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica emitidos pelo CREA e/ou CAU, acompanhados dos respectivos Atestados, expedidos por estes Conselhos. Tais documentos devem atestar que os profissionais possuem experiência na execução de obras com características similares às do objeto desta Licitação conforme as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas. A comprovação de contratação do profissional(is) pode se dar mediante declaração de compromisso de disponibilidade.

20	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA, EM CONCRETO ASFALTICO, E EM ÁREAS COM INTERFERÊNCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES, COM ESPESURA ATÉ 5CM, INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE, EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBRAS (VERE	M2	220.404,50
44	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, IMPORTADO DE USINA, EXECUTADO EM UMA CAMADA, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PREPARO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MECÂNICOS E OS MATERIAIS, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	34.443,14

**17.2.2.3** A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à Licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado, de declaração de compromisso de disponibilidade ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um vínculo jurídico entre a Licitante e o(s) profissional(is) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

**17.2.2.3.1** Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da Licitante servirá



de documento hábil à comprovação do vínculo.

**17.2.2.4** No evento em que duas ou mais licitantes apresentem atestados do mesmo profissional como prova de qualificação técnica, ambos serão considerados inabilitados, exceto nos casos em que os atestados provenham de consórcios, nos quais as empresas tenham colaborado conjuntamente em outro processo licitatório. Neste contexto, o processo anterior deve estar concluído e os valores expressos nos atestados devem ser considerados proporcionalmente à participação de cada empresa. Em situações de proporções não definidas, as participações das empresas envolvidas no consórcio serão tratadas como iguais.

**17.2.2.5** Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Pregão.

## **18. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.**

**18.1** – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do Menor Preço *global*, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do Pregão Eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (Anexo II).

**18.2** Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014).

**18.3** No presente processo licitatório não há participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), mediante afastamento regrado no art. 49 da referida Lei. Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender à demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores.

**18.4** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela

Controladoria-Geral da União.

**18.5** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12, Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**18.6** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**18.7** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**18.8** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**18.9** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**18.10** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**18.11** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**18.12** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**18.13** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **19. DOS RECURSOS**

**19.1** – Em razão da inversão de fases, as empresas licitantes poderão manifestar suas intenções de recurso após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas. O Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

**19.2** – A falta de manifestação imediata do licitante importará a decadência do direito de recurso.

**19.3** – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**19.4** – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

**19.5** – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

**19.6** – Os recursos serão dirigidos ao Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

**19.7** – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.8** – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

**19.9** – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (ANEXO III), observadas as disposições dos arts.165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **20. DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

**20.1** – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**20.2** – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico [cpl@comsercaf.rj.gov.br](mailto:cpl@comsercaf.rj.gov.br).

**20.2.1** – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

**20.3** – A desconexão do Agente de contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Agente de contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

**20.3.1** – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico [cpl@comsercaf.rj.gov.br](mailto:cpl@comsercaf.rj.gov.br)

## **21. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**21.1** – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente interessada adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório. Após a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

**21.1.1** – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

**21.1.2** – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

**21.1.3** – As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**21.1.4** – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**21.1.5** – Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**21.1.6** – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**21.2** – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

**21.3** – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

**21.4** – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência.

I) e da própria Ata de Registro de Preços.

**21.5** – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

**21.6** – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

**21.7** – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

**21.8** – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

**21.9** – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.

## **22. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**22.1** – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre a Secretaria interessada e as licitantes vencedoras, na forma deste Edital.

**22.1.1** – A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

**22.2** – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

**22.3** – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

**22.4** – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se à Secretaria interessada, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

**22.5** – O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

**22.5.1** – A admissão de novas empresas tratada pelo item 17.6 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

**22.5.2** – A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “*ad judicia*” e “*ad negocia*”.

## **23. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

**23.1** – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**23.2** – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo competente Decreto Municipal.



**23.2.1** – Observado o disposto no item 18.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**23.2.2** – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços para aquele(s) item(ns) específico(s), adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**23.3** – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

**23.4** – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

**23.4.1** – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada das obrigações;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

**23.4.2** – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

**23.5** – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**23.5.1** – Na hipótese prevista no subitem 18.5, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

**23.6** – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

## **24. DA CONTRATAÇÃO**

**24.1** – Integra o presente Edital, sob a forma de **ANEXO III**, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a CONTRATANTE e a ADJUDICATÁRIA.

**24.1.1** – Em caso de substituição do termo contratual por instrumento equivalente, permanece a ADJUDICATÁRIA obrigada ao cumprimento dos dispositivos constantes no presente edital, no termo de referência e na minuta contratual, **ANEXO III** deste, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**24.2** – O fornecimento dos bens que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, com antecedência mínima de dois dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

**24.2.1** – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela interessada.

**24.4** – Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou não aceitar e retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estipulado, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

**24.4.1** – Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado fornecer bens com preços iguais aos do licitante vencedor, o Agente de contratação poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**24.5** – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

**24.6** – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**24.7** – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

**24.8** – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a contratada de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

**24.9** – A licitante vencedora, sem ônus para o CONTRATANTE, compromete-se a:

- a)** atender às solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a contar do protocolo da requisição;
- b)** substituir quaisquer produtos defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 10 (dez) dias úteis da notificação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

**24.10** – A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a COMSERCAF.

## **25. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**25.1** – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança junto à CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.

**25.1.1** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação.

**25.2** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o CONTRATANTE esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

**25.3** – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**25.4** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação do IPCA aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança junto à CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento.

**25.5** – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na CONTRATANTE.

## **26. DO REAJUSTE**

**26.1** – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**26.2** – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**26.3** – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

**26.4.** Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela administração, na forma do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto em no Art. 125 da Lei Federal 14.133/2021

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei Federal 14.333/2021, fica o licitante/contratado infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**27.2.** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante/contratado infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**27.3.** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao licitante/contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2021 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,

nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

## **28. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**28.1.** Após a declaração do vencedor do certame, o agente de contratação responsável deverá informar aos licitantes uma data/hora limite para o cadastro de reserva (mínimo de 10 minutos) para que os fornecedores registrem seu interesse no fornecimento do item/lote o qual disputou, ao mesmo preço do vencedor do certame, caso este se recuse a assinar o contrato. A manifestação de interesse deverá ser realizada através do sistema e/ou e-mail. Caso não haja manifestação de interesse no referido prazo, considera-se que o licitante não manifestou interesse em ser incluído na ata para fins de criação do cadastro de reserva.

**28.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado;

**28.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva;

**28.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto Federal nº 11.462/2023;

**28.5.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva ocorrerá apenas no momento prévio à contratação, visando sempre a atender as hipóteses previstas no Art. 18, II, Decreto 11.462/2023.

## **29 - DA GARANTIA CONTRATUAL:**

**29.1** A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, com validade de três meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto nos artigos 96, 97 e 98, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária; ou
- d) título de capitalização.



**29.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**29.3** Caso o valor do contrato seja alterado, consoante art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**29.4** A não apresentação da garantia, ou atraso na entrega, será passível de aplicação das penalidades previstas na lei, bem como, seu desconto junto ao faturamento.

**29.5** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**29.6** Deverá constar na garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, uma Cláusula prevendo a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- e) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.
- f) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- g) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- h) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

### **30 - GARANTIA DA PROPOSTA**

**30.1** A finalidade da garantia de proposta, ou da caução de participação, é assegurar que os licitantes garantam suas propostas de preços durante o procedimento licitatório, evitando a recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo ou o recebimento da nota de empenho ou que deixe de apresentar os documentos necessários para formalização da contratação e afastar licitantes despreparados, aventureiros e descompromissados. Essas medidas visam preservar a integridade do processo licitatório e garantir a seriedade e o comprometimento dos licitantes, contribuindo para uma concorrência justa e isonômica.

**30.1.1** A garantia corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da proposta, e deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- I. caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária;
- III. seguro-garantia.

**30.2** A empresa licitante no ato do cadastramento de sua Proposta de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, deverá inserir a GARANTIA DE PROPOSTA junto dos documentos de habilitação para o presente objeto, conforme prevê art. 58 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece nas licitações que envolvem o fornecimento de bens ou serviços, a possibilidade de exigência da garantia de proposta, que visa assegurar a manutenção das condições oferecidas pela licitante, protegendo a Administração Pública contra desistências e descumprimentos da proposta.

**30.3** Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, são:

- Banco do Brasil
- Agência: 0150-3
- Conta Corrente: 0061543-9
- CNPJ: 17.572.121/0001-00
- Titularidade: Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF

**30.4** O LICITANTE que não apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições estabelecidas neste instrumento e no EDITAL serão inabilitados e estarão impedidos de prosseguir na licitação.

**30.5.** O encaminhamento do certificado de garantia deverá ser realizado pelo e-mail [cpl@comsercaf.rj.gov.br](mailto:cpl@comsercaf.rj.gov.br), no qual deverá conter todas as informações da empresa, e do valor proposto.

**30.6.** A garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

**30.7.** A comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelos licitantes, enviadas para e-mail diferente do informado neste instrumento, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

**30.8.** A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

### **31 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**31.1** Não será admitida a subcontratação de parcelas do objeto desta licitação, em qualquer hipótese.

**31.2** A vedação justifica-se pelo fato de que o objeto demanda a execução integral por empresa única, a fim de garantir a uniformidade, a qualidade técnica e a adequada fiscalização dos serviços.

**31.3** Ressalta-se que a execução direta pela CONTRATADA evita riscos de fragmentação contratual, atrasos na execução e dificuldades de controle da Administração quanto à responsabilidade técnica, assegurando maior eficiência e economicidade.

**31.4** A proibição de subcontratação não compromete a competitividade do certame, considerando que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a executar, de forma isolada, todas as parcelas do objeto licitado.

### **32. DO FORO**

**32.1** – Fica eleito o Foro da Comarca de Cabo Frio para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

### **33- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**33.1** Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

**33.2** Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

**33.3** As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

**33.4** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Agente de contratação.

**33.5** Fazem parte integrante deste Edital:

**ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II** – PLANILHA ORÇAMENTARIA E BDI;

**ANEXO III** – MINUTA DO CONTRATO;

**ANEXO IV** – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

**ANEXO V** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI 14.133/21;

**ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;

**ANEXO VII** – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL;

**ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

**ANEXO IX** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

**ANEXO X** – DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

**ANEXO XI** – DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO CADASTRO DE RESERVA;

.....  
**JEHANN LUIS CASTRO DA COSTA**  
**PRESIDENTE**  
**PORTARIA: 002/2025 – PMCF**  
**Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF**

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETIVO DO INSTRUMENTO:

1.1. O presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado a partir da viabilidade técnica e econômica conferida pelo competente Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o objetivo de oferecer o conjunto de especificações capazes de propiciar a avaliação dos custos envolvidos com a eventual contratação do objeto em tela.

### 2 – DO OBJETO LICITADO:

2.1. REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de **SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, COM RECOMPOSIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO, E CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELOS, E CBUQ NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO - RJ**, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

### 3 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Considerando a topografia e a complexidade geológica do município, que enfrenta desafios frequentes como acidentes geotécnicos e processos erosivos, são necessárias intervenções constantes para lidar com emergências causadas por instabilidades e erosões que afetam o transporte rodoviário.

3.2. O Município tem a responsabilidade em organizar e prestar serviços públicos diretamente, de acordo com o inciso V, do art. 30, da Constituição da República, é fundamental esclarecer que o pleito em questão se trata de obra pública.

3.3. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello define obras públicas como a construção, reparação, edificação ou ampliação de um bem imóvel pertencente ou incorporado ao domínio público (MELLO, 2015).

3.4. Além disso, no âmbito da Carta Magna, o inciso I, do art. 23, atribui competência comum para zelar pela guarda da Constituição, das leis, das instituições democráticas e da conservação do patrimônio público.

3.5. A manutenção e investimento na infraestrutura viária, especialmente na pavimentação

urbana, não apenas garantem vias seguras e adequadas, mas também promovem acesso a serviços essenciais, estimulam o desenvolvimento econômico local e contribuem para a preservação ambiental.

3.6. A necessidade de recuperação de pavimentação asfáltica, destacando a urgência e a importância dessa ação para a segurança, mobilidade e desenvolvimento da cidade.

3.7. Portanto, considerando a demanda recorrente e expressiva do município, bem como a padronização identificada nas contratações para a recuperação de vias urbanas, a elaboração deste Termo de Referência visa otimizar recursos e garantir a manutenção adequada da infraestrutura viária.

#### **4 – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO**

4.1 As especificações dos serviços a serem prestados encontram-se detalhadas no Anexo deste Termo de Referência.

4.2 Os serviços serão prestados dentro do limite do município conforme tabela anexo.

#### **5 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

5.1 O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, divulgado no Diário Oficial, edição 869, caderno 1, ano IV, datado de 6 de fevereiro de 2024, bem como no portal institucional da COMSERCAF ressalta a importância estratégica de priorizar determinadas contratações para o bom funcionamento dos serviços prestados por esta Autarquia. Entre essas prioridades, destaca-se a necessidade de garantir o suprimento contínuo de materiais essenciais para as operações da instituição.

5.2 O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, item nº48, especificamente relacionada a reformas, construção de quadras, praças, logradouros e patrimônio histórico foi identificada como uma das áreas de alto impacto para a manutenção da funcionalidade dos setores, inclusive no que diz respeito ao atendimento ao público.

5.3 Este item, classificado como de natureza de fornecimento, consumo e permanente, figura como uma das prioridades média do PCA, refletindo a necessidade crítica de manter padrões adequados de qualidade e conformidade nos materiais de construção utilizados

nos projetos da COMSERCAF. A previsão orçamentária para a contratação da empresa especializada será realizada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, suas legislações complementares e as normas internas da Administração Pública do Município de Cabo Frio.

5.4 De acordo com a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, a despesa referente a essa contratação será prevista nas seguintes dotações orçamentárias:

- **Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00**
- **Código: 18.452.0027.2211**
- **Ficha: 1326**

## **6 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **6.1. Escopo dos serviços:**

Os serviços serão executados nos locais indicados pela Contratante, no ato da solicitação de serviço, e deverão seguir rigorosamente as especificações e os detalhes de execução previstos neste documento, bem como os materiais empregados deverão ter qualidade comprovada e obedecer às especificações contidas neste documento, nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), especificamente as normas:

- NBR 12948:1993 – Materiais para Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
- NBR 12949:1993 – Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
- NBR 12950:1993 – Execução de imprimação impermeabilizante;
- NBR 12951:1993 – Execução de imprimação ligante;
- DNIT 100/2018 – ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal;
- DNIT 165/2013 – EM – Emulsões asfálticas para pavimentação;
- DNIT 031/2006 – ES – Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico;
- DNIT 154/2010 – ES – Pavimentação asfáltica - Recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos;



- DNIT 005/2003 – TER – Defeitos nos pavimentos flexíveis e semirrígidos, além de instituições, normas e resoluções pertinentes.

6.1.1. Todos os problemas decorrentes de casos eventuais não previstos nas presentes disposições normativas serão previamente discutidos com a Fiscalização.

## **6.2. Especificação Técnicas de execução dos serviços:**

### **6.2.1. SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO:**

Realizar o levantamento cadastral de áreas de logradouros públicos, compreendendo nivelamento do eixo de logradouros, suas medidas de extensão, estudo das condições do pavimento existente, precedido de uma avaliação funcional e estrutural. Na avaliação funcional será identificadas as condições da superfície do pavimento, por meio do levantamento das irregularidades, análises e relatórios fotográficos das imperfeições longitudinais e defeitos superficiais como: panelas, couro de jacaré, fissuras e trincas. Na avaliação estrutural será identificadas as condições estruturais do pavimento, por meio não destrutivo com a determinação das deflexões superficiais resultante da aplicação de uma carga conhecida de 8,2tf por eixo padrão. A partir da análise desses parâmetros será possível determinar a restauração e o recapeamento do pavimento existente.

### **6.2.2. CANTEIRO DE OBRAS:**

Área destinada à execução do projeto, compreendendo as instalações temporárias, alojamentos, depósitos de materiais, escritório de obra, e demais estruturas necessárias para o desenvolvimento do objeto. É no canteiro que são organizados e concentrados os recursos humanos, equipamentos e materiais, sendo fundamental para o andamento eficiente e seguro da obra.

### **6.2.3. FRESAGEM OU CORTE MECÂNICO:**

A remoção do pavimento existente deverá ser executada por meio de fresagem mecânica a frio do pavimento, com espessura de 5 cm em área previamente indicada. Durante a execução da fresagem deve ser mantida a operação de umectação da área fresada para controlar a emissão de poeira no ambiente.

O material fresado deve ser imediatamente removido, por meio de caminhão basculante para o bota fora ou “pulmão” (bota espera), provisório, aprovado pela fiscalização. E ficará a cargo da fiscalização da obra a destinação final do resíduo, podendo ser doado conforme autorização da prefeitura.

#### **6.2.4. VARREDURA MECÂNICA OU A COMPRESSÃO DE AR:**

Deverão ser removidos os materiais argilosos, vegetais e resíduos em toda a superfície a serem revestidas com capa asfáltica. A superfície deverá ser varrida de forma que todos os detritos sejam retirados, possibilitando que a superfície fique limpa e isenta de pó. A varredura deverá ser procedida através de vassoura mecânica ou equipamento similar.

#### **6.2.5. PINTURA DE LIGAÇÃO:**

A pintura de ligação consistirá numa película betuminosa aplicada sobre a superfície do pavimento existente sendo executada após a limpeza do material fresado e garantida a retirada de quaisquer impurezas sobre a área a pavimentar.

A execução da pintura deverá ser realizada de acordo com as instruções do DER-RJ.

#### **6.2.6. APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO**

Consistirá em uma camada de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) após aplicação da pintura de ligação, à massa asfáltica deverá ser transportada por caminhão basculante até o local de aplicação devidamente lonado, a fim de que se mantenha a temperatura de aplicação. A camada de rolamento consiste na aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com uma espessura constante mínima compactada de 5 cm, por meio de vibro- acabadora, sobre o pavimento existente regular em toda a pista de rolamento dos veículos. Para este serviço são previstos os seguintes equipamentos: rolo compactador liso autopropelido, rolo de pneus e vibro acabadora.

A massa asfáltica deverá ser aplicada na pista somente quando a mesma se encontrar seca e o tempo não se apresentar chuvoso ou com neblina. A compactação da massa asfáltica deverá ser constituída de duas etapas: a rolagem inicial e a rolagem final.

A rolagem inicial será executada com rolo de pneus tão logo seja distribuída à massa asfáltica com vibro acabadora. A rolagem final será executada com rolo tandem ou rolo autopropelido liso, com a finalidade de dar acabamento e corrigir irregularidades. Após o término da operação, a fiscalização poderá liberar para o trânsito.

#### **6.2.5. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:**

Consiste nos serviços de pintura de faixas no pavimento asfáltico, aplicada com pistola (spray), mecânica, com tinta termoplástica à base de resinas naturais e/ou sintéticas, conforme ABNT NBR 12935, 15405 Norma DNIT 100/2018-ES, com objetivo de promover uma melhor sinalização viária, trazendo mais segurança ao trânsito.

#### **6.2.6. REDE PLUVIAL**

Consiste no serviço para restaurar sistema de drenagem urbana projetado para coletar e direcionar as águas pluviais (chuvas) para evitar alagamentos e garantir que a água seja escoada de forma eficiente para corpos d'água, como rios, córregos ou reservatórios. Ela é composta por canais, bueiros, galerias, tubulações e outras estruturas que permitem o fluxo das águas da chuva para locais adequados.

As redes pluviais são fundamentais para o controle das enchentes nas áreas urbanas, prevenindo danos à infraestrutura, à propriedade e à segurança da população. Além disso, elas também são importantes para a preservação ambiental, ajudando a evitar o acúmulo de água de chuva nas vias públicas e garantindo que a água seja dirigida para locais de drenagem adequados.

#### **6.2.7. RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS**

Consiste no serviço para restaurar o revestimento de vias, calçadas e áreas públicas que utiliza

blocos de pedra, chamados **paralelepípedos**, para formar uma superfície sólida e durável. Esses blocos são geralmente em formato retangular.

## 7 – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

7.1. Os serviços e insumos especificados neste Instrumento enquadram-se como **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**, conforme Art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021 que define:

*“todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termo de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais do bem”.*

Dito isto, verifica-se a partir dos conceitos apresentados, que o objeto se refere a um **serviço de engenharia**, visto que se trata de um serviço de manutenção visando a recuperação original do pavimento, pertencente ao subgrupo de **serviço comum de engenharia**, uma vez que se compõe de serviços comuns e padronizados de execução, pretendendo a manutenção original da via.

7.2. A execução do objeto não gera qualquer espécie de vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 8 – DO FUNDAMENTO LEGAL:

8.1. A contratação, objeto do presente Termo de Referência, encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 9 – DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

9.1. Os serviços e insumos especificados neste Instrumento serão contratados por meio da

seleção da proposta mais vantajosa, **VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento. **O MENOR PREÇO E TÊM SEU ORÇAMENTO E RESPECTIVOS VALORES ESPECIFICADOS NO ANEXO deste TR**, com observância aos preceitos gerais de Direito Público, bem como, às disposições da Lei nº 14.133/2021.

#### **10 – DO ORÇAMENTO:**

10.1. Os orçamentos, com seus respectivos detalhamentos, encontram-se na planilha anexa a este Termo de Referência.

#### **11 – DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS, FORMAÇÃO DE PREÇOS E BDI:**

11.1 Com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, os órgãos devem definir o valor estimado das contratações por meio da composição dos custos unitários dos itens correspondentes aos boletins da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP.

11.2 No entanto, nos casos em que não houver previsão nos boletins da EMOP, é permitido utilizar outros parâmetros para a composição dos custos, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos na referida lei.

11.3 Assim, a elaboração dos orçamentos deste objeto seguiu os parâmetros e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e conformidade com as normas vigentes.

11.4 De acordo com o Catálogo Referência da EMOP, as Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) constituem um percentual que deve ser adicionado ao custo direto da obra, obtendo-se, assim, o preço de venda. Esse percentual pode variar de acordo com o volume dos serviços a serem executados, tipos de obra, quantidade de obras em execução de cada empresa, facilidades disponíveis para condução dos serviços, exigências do órgão contratante, entre outros fatores.

Quando se utiliza o Sistema EMOP de Custos Unitários, deve-se considerar, para determinação do percentual de BDI, a equação aplicável segundo os parâmetros da EMOP, observando-se os princípios da Lei nº 14.133/2021.

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)}$$

Onde:

AC - Administração Central S - Taxa de seguros

R - Taxa de riscos

G - Taxa de garantias

DF - Taxa de despesas financeiras L - Taxa de lucro/remuneração

I - Taxa de incidência de impostos

11.4.1. Para o cálculo dos percentuais do BDI, foram consideradas as variáveis das parcelas relacionadas ao tipo da obra e faixa de valor do custo direto da obra, conforme estabelecido no Catálogo Referência da EMOP para o mês da base de preço.

## **12 – DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

12.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina licitações e contratos administrativos, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) é adequada para atender às necessidades do Município de Cabo Frio, uma vez que permite adquirir bens e contratar serviços de forma mais eficiente, econômica e transparente. O SRP se mostra apropriado quando a contratação destina-se a suprir uma necessidade contínua e imprevisível mediante fatores externos, frequente ou prolongada de bens ou serviços, quando é vantajoso realizar serviços com entregas parceladas ou remunerados por unidade de medida, quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou regime de tarefa, quando atende a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal ou aos programas de governo, e quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

12.2 A utilização do SRP para execução de obras e serviços de engenharia é adequada quando o



objeto é claramente definido, com características padronizadas e especificações técnicas comuns no mercado, sem complexidade operacional, e quando há necessidade permanente ou frequente do serviço ou obra. No caso em análise, a recuperação da pavimentação de vias e logradouros públicos, bem como dos sistemas de drenagem urbana, constitui uma necessidade premente, essencial à segurança, mobilidade e desenvolvimento urbano, atendendo diretamente à atividade finalística da Prefeitura e aos programas de governo.

12.3 O emprego do SRP permite maior celeridade e racionalização de recursos, evitando múltiplos processos licitatórios individuais e possibilitando vantagens significativas do ponto de vista técnico e financeiro, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021. Diante disso, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) se revela a forma mais vantajosa e adequada para atender às necessidades identificadas, garantindo otimização de recursos, eficiência administrativa e conformidade legal.

### **13 – DURAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

13.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNPC, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja previsão expressa na própria ata e que as condições e os preços se mantenham vantajosos, em conformidade com o **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**.

13.2 O parágrafo único do art. 84 da **Lei nº 14.133/2021** estabelece que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência conforme as disposições da própria lei.

13.2.1 A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**.

12.2.2 No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente previsto na ata, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

#### **14 – DO REGISTRO E DA GESTÃO DA ATA:**

14.1 O registro de preços e as atas dele decorrentes deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal de Compras desta Autarquia e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, ocasião em que será designado Gestor da Ata, a quem competirá:

- a) Promover todos os registros, junto ao órgão responsáveis;
- b) Autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades ("carona") não participantes;
- c) Adotar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.2. A presença do Gestor da Ata não elide nem diminui a responsabilidade do FORNECEDOR.

14.3. Deverá ser incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação.

14.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidas, convocar os proponentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação ou de contratação direta para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

## **15 – DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS:**

15.1. Considerando que o objeto em questão está vinculado a uma política pública voltada ao atendimento das necessidades do município, com o objetivo de prover infraestrutura, fomentar o desenvolvimento urbano, elevar a qualidade de vida das comunidades locais e assegurar o acesso a serviços essenciais, verifica-se que sua execução está diretamente relacionada à atividade finalística, à missão institucional e às competências da administração pública. Desta forma, o objeto licitado poderá ser regularmente objeto de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por outras entidades ou órgãos da Administração Pública, sendo permitida tal possibilidade.

## **16 – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

16.1. Caberá ao órgão gerenciador à prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) indicar, na fase preparatória do procedimento, os agentes públicos responsáveis pelos atos necessários à realização do procedimento para registro de preços e, posteriormente, gerenciamento da ata dele decorrente;
- b) definir o objeto pretendido, os itens que farão parte do registro de preços e demais informações necessárias para subsidiar a elaboração do TR e os parâmetros para o julgamento objetivo das propostas de preços;
- c) realizar procedimento público de IRP, no sistema eletrônico de contratações;
- d) estabelecer, quando for o caso, número máximo de órgãos ou entidades participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
- e) conceder prazo compatível com a complexidade do objeto pretendido para que os órgãos e entidades interessados em participar do registro de preços possam fazer a análise de suas expectativas e informar suas demandas aprovadas na IRP;
- f) aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados mínimos ou ínfimos; a inclusão de novos itens pretendidos pelo órgão ou entidade participante; os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações; a inclusão de novos locais para entrega do bem ou execução do serviço; e a participação de órgãos e entidades, de acordo com a natureza do objeto;
- g) consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo e pretensão

de consumo, promovendo a adequação do respectivo TR encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades da contratação;

- h) realizar ampla pesquisa de preços;
- i) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das ARPs e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- g) realizar o processo licitatório para o registro de preços;
- h) promover os atos necessários à correta instrução processual para a realização do processo licitatório, bem como todos os atos decorrentes, tais como a assinatura da ARP e a sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;
- i) gerenciar a ARP, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- 150 j) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da IRP;
- l) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis;
- m) convocar os proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação;
- n) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados;
- o) Promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação às suas próprias contratações.

## **17 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

17.1. O critério de avaliação das propostas será o **menor preço**.

**17.2.** O regime de execução será indireto, com dedicação de mão de obra exclusiva, mediante empreitada por preço unitário, devendo a contratada comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

17.3. A licitante deverá preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos de planilhas constantes dos Anexos do Edital.

17.4. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com os equipamentos, transporte, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

17.5. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

17.6. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá informar e observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante às alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e Lei Complementar nº 123/06, no caso de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional. Não será observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a Lei 14.133/21.

## **18 – META FÍSICA:**

18.1. Os quantitativos previstos no **ANEXO** deste Instrumento são suficientes e adequados para atender à necessidade e a previsão estimada da demanda sob responsabilidade desta Autarquia, na forma da legislação, para o período de 12 meses.

## **19 – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO:**

19.1. Constituem obrigações do FORNECEDOR:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da

convocação.

- b) Entregar o objeto deste contrato no local determinado e de acordo com o prazo estabelecido neste instrumento.
- c) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas decorrente de frete, mão de obra, combustível, tributos, seguro, dentre outros.
- d) Manter em estoque um mínimo de maquinário, equipamentos e pessoal (recursos humanos) necessários à execução do objeto do contrato.
- e) Substituir os maquinários/equipamentos com eventuais defeitos, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- f) Providenciar para que os maquinários e equipamentos estejam em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao uso imediato, nas especificações indicadas em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria.
- g) Comunicar formalmente eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.
- h) Manter, durante toda a duração da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação.

## **20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DOS PREÇOS DO FORNECEDOR:**

20.1. Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

20.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



20.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante comprovação de fato superveniente, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; ou.

20.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, observado os §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

20.8. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo órgão ou entidade gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público; pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

## **21 – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS:**

21.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser revistos e alterados em

decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens do orçamento cujos preços foram registrados.

21.2. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar pela liberação do FORNECEDOR quando os preços de mercado se tornarem superiores aos registrados na ata.

21.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro e definidos os novos preços máximos pactuados pela Administração, o FORNECEDOR registrado será convocado por esta Secretaria para alteração do preço da Ata de Registro de Preços, mediante aditamento.

## **22 – DURAÇÃO DO CONTRATO:**

22.1. O presente contrato terá a vigência inicial de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Artigo 111, da Lei nº 14.133/2021.

## **23 – DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA:**

23.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, mediante a expedição da competente ORDEM DE SERVIÇO pela administração, informando o local e a extensão do serviço, com emissão da respectiva Nota de Empenho para cada solicitação.

23.2. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE.

23.3. Os serviços e insumos deverão ser entregues diretamente nos locais determinados pela CONTRATANTE, de acordo com as respectivas especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

23.4. Toda e qualquer prorrogação de prazo da etapa de entrega deverá ser justificada por escrito e solicitada à CONTRATANTE antes do prazo inicialmente estipulado.

23.5. A prorrogação de prazo para a entrega será submetida à CONTRATANTE, a quem compete autorizar ou não a concessão de prazo inicialmente previsto.

23.6. Os prazos de execução admitem prorrogação a critério da Administração Contratante, mantidas as demais obrigações previstas no Edital, desde que observado o contido no art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

23.7. A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pela manutenção e assistência dos serviços técnicos prestados conforme Art. 140, §6º, da lei 14.133/2021, cujo teor dispões:

*“Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”*

#### **24 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

24.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo município, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

24.2. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência no Município, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira, salientando que, nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

24.3. O pagamento dos serviços realizados será efetuado pela CONTRATANTE mediante comprovação, por meio de arquivo digital, da relação dos maquinários, equipamentos entregues e recursos humanos, contendo obrigatoriamente, cópia da ordem de serviço, dos comprovantes de entrega e relatório de obra, especificando a data da realização do serviço, endereço na unidade, nome do servidor que recebeu o material, bem como, identificação funcional (ID).

24.4. O pagamento do serviço deverá observar estritamente os encargos relacionados na proposta de formação de preços, conforme modelo anexo ao Edital.

24.5. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias após a

medição dos serviços executados, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

24.6. Em caso de erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

24.7. O faturamento mensal do serviço deverá observar a aplicação de eventuais descontos de multas, na forma especificada neste Instrumento.

24.8. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

24.9. O pagamento do serviço deverá observar estritamente os encargos relacionados nas planilhas de custo e formação de preço, anexa ao Edital.

24.10. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contrato, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

24.11. O saldo restante, a última medição, só poderá ser liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não podendo o seu valor ser inferior a 2% do valor global do contrato.

## **25 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

25.1. A inexecução total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento contratual sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, graduadas conforme a gravidade da infração:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.2. As sanções serão aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do

contratado.

25.3. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, deverão ser observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

25.4. A multa administrativa corresponderá ao valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, aplicada conforme a gravidade da infração, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais penalidades previstas nesta cláusula, não tendo caráter compensatório, e seu pagamento não exime o contratado de responder por eventuais perdas e danos.

25.5. O impedimento de licitar e contratar com a Administração terá prazo máximo de 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021.

25.6. A declaração de inidoneidade perdurará enquanto remanescerem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, a qual somente será concedida após o ressarcimento à Administração pelos prejuízos causados, nos termos do art. 156, IV, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

25.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, limitada ao valor estabelecido no art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral e aplicação das demais penalidades previstas.

25.8. Se o valor das multas aplicadas for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela diferença, a ser descontada de pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

25.9. A aplicação de qualquer penalidade observará o contraditório e a ampla defesa, mediante prévia intimação do interessado, que terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa, conforme arts. 158 e 159 da Lei nº 14.133/2021.

25.10. A decisão será devidamente motivada, com a indicação dos fatos, fundamentos legais e circunstâncias que justificaram a penalidade.

25.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, e no Cadastro Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme arts. 160

e 162 da Lei nº 14.133/2021.

## **26 – DAS AMOSTRAS DOS LAUDOS TÉCNICOS:**

26.1. Considerando a natureza do objeto da pretensa contratação **não será solicitado** aos licitantes à apresentação de AMOSTRAS ou LAUDOS TÉCNICOS podendo, no entanto, a administração exigir a apresentação das especificações técnicas que considerar necessárias na execução, devendo ser efetivada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

## **27 – RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA:**

27.1. A necessidade de discriminação da relação entre a demanda estimada pela Administração e o serviço a ser CONTRATADO se dá por força de mandamento legal, sendo sopesados estritamente por meios de critérios técnicos objetivos, a exemplo dos projetos executivos e projetos básicos desenvolvidos pelas respectivas áreas demandantes, bem como, as experiências técnicas acumuladas pela Equipe durante um longo período.

27.2. A equipe técnica, ao elaborar as estimativas constantes deste instrumento, considerou as experiências e conhecimentos técnicos acumulados, bem como as informações e referências apresentadas no competente Estudo Técnico Preliminar que antecede a presente contratação. Dessa forma, ratificam-se os quantitativos estimados, por se mostrarem adequados e coerentes com as necessidades identificadas.

27.3. Encontra-se vetada a emissão de ordem de serviço e a execução dos serviços da Ata de Registro de Preços em localidades em que não haja prévia pavimentação asfáltica, devendo a necessidade de recapeamento asfáltico ser comprovada através de Relatório Técnico Fotográfico, de forma a evidenciar a existência do pavimento necessitando de manutenção.

## **28 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**



28.1. Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, ocasionados pelo descarte dos materiais inservíveis, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos de materiais inerentes ao fornecimento, principalmente no que concerne disposição final, em atendimento à legislação aplicável (IN nº 01 - SLTIMPOS, 15/12/2010), inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas (legislação) que tratar do assunto de descarte de resíduos sólidos.

28.2. Após o fornecimento, deverão ser recolhidos, transportados e corretamente descartados pela CONTRATADA os eventuais resíduos gerados, sendo vedado o recolhimento posterior, dando destino e tratamento adequado aos mesmos, de acordo com os ditames e procedimentos contidos na Resolução nº 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Lei 12.305/10, Decreto 7.404/10.

28.3. A contratada deverá apresentar planejamento de forma a garantir a sustentabilidade do projeto, atendendo o disposto na NBR ISO 14001, classificando os resíduos gerados, indicando sua destinação ou reuso na própria obra.

28.4. Conforme as orientações do Ministério do Meio Ambiente, os resíduos da construção civil devem ser reduzidos e ter disposição adequada, promovendo-se a reciclagem dos materiais.

28.5. Na escolha dos materiais de construção deve-se utilizar materiais disponíveis no local, pouco processados, não tóxicos, potencialmente recicláveis, culturalmente aceitos, propícios para a autoconstrução. Sobre águas e esgoto, é interessante prever: a coleta e utilização de águas pluviais, utilização de dispositivos economizadores de água, reuso de águas, tratamento adequado de esgoto no local e, quando possível, o uso de banheiro seco.

28.6. A administração pública optará por produtos/bens de menor impacto ambiental, de forma a garantir a observância da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, examinando a incidência, no caso concreto, das diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade adotadas pelos interessados.

28.7. Nos termos do Decreto nº 2.783/98, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que destroem a camada de ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à

exceção dos usos essenciais permitidos, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

28.8. Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluição, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

28.9. Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser CONTRATADA poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

## **29 – PARA PARTICIPAÇÃO:**

29.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação credenciar-se previamente perante o provedor do sistema eletrônico de contratações, qual seja a plataforma licitanet.

### **29.2 GARANTIA DA PROPOSTA**

29.2.1 Conforme o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida a garantia de proposta como forma de assegurar a seriedade das propostas apresentadas e evitar a recusa injustificada em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou o contrato, bem como o descumprimento na apresentação de documentos de habilitação.

29.2.2 A garantia corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da proposta, e deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- I. caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária;
- III. seguro-garantia.

29.2.3 A apresentação da garantia será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico oficial - Licitanet, no ato do cadastramento da proposta de preços, devendo ser anexada em campo específico junto à documentação de habilitação.

29.2.4 A garantia de proposta não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de abertura do certame (art. 91, §1º, da Lei nº 14.133/21).

29.2.5 O licitante que não apresentar a garantia de proposta nas condições estabelecidas neste instrumento será considerado inabilitado e ficará impedido de prosseguir no certame.

29.2.6 Nos termos do art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta será restituída aos licitantes não vencedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação.

29.2.7 Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, são:

- Banco do Brasil
- Agência: 0150-3
- Conta Corrente: 0061543-9
- CNPJ: 17.572.121/0001-00
- Titularidade: Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF

29.2.8 A Administração Pública não se responsabilizará por informações incorretas prestadas pelos licitantes, documentos enviados para endereço eletrônico diverso do indicado neste edital ou solicitações encaminhadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise, sendo de inteira responsabilidade do licitante o correto cumprimento dos procedimentos no sistema eletrônico, conforme art. 12, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### 29.3 INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

29.3.1 Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, esta licitação será realizada com inversão de fases, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de julgamento das propostas.

29.3.1 Tal medida é justificada em razão da natureza do objeto — serviços de conservação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, recomposição de pavimentação, conservação e manutenção de pavimentação em paralelepípedos e em CBUQ, atividades que demandam capacidade técnica operacional comprovada e adequada estrutura financeira.

29.3.2 A habilitação prévia da documentação constitui medida de gestão e mitigação de riscos (art. 11, VI, c/c art. 18, II, da Lei nº 14.133/21), garantindo que apenas fornecedores aptos participem da etapa de lances, evitando propostas inexequíveis, reduzindo a probabilidade de inexecução contratual e assegurando maior eficiência e economicidade (art. 5º, IV e VI).

29.3.3 A adoção desse modelo não causa prejuízo à isonomia ou competitividade (art. 5º, caput e

incisos I e II), uma vez que os critérios de habilitação estão definidos de forma objetiva no edital e as propostas deverão estar compatíveis com as composições de custos e encargos previstos em lei, assegurando que a Administração contrate a proposta mais vantajosa, com preços justos e exequíveis.

### **30 – DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

30.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses do mês base do orçamento referencial (i0), poderá o contrato fazer jus ao reajuste do valor contratual, consoante com art. 2º da Lei 10.192/2001, nos seguintes termos:

*"É admitida a estipulação de correção monetária ou reajuste por índices de preços gerais, setoriais, ou que reflitam a variação dos custos de ou dos insumos utilizados nos contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano."*

30.2. Além disso, de acordo com o que dispõe o artigo 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá incluir o objeto da licitação e as normas referentes à convocação, julgamento, habilitação, recursos, penalidades, fiscalização, gestão do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento. No entanto, independentemente da duração do contrato, é obrigatória a previsão no edital de um índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e com a possibilidade de estabelecer mais de um índice específico ou setorial, conforme a realidade de mercado dos respectivos insumos.

30.3. Da repactuação, os preços contratados serão repactuados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

30.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional:

- a) a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;
- c) para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da

tarifa, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

30.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

30.5.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo

30.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

30.7. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

30.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

30.9. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a administração pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

30.10. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da

categoria profissional abrangida pelo Contrato.

30.11. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento família EMOP, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

30.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

30.12.1. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

30.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

30.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

30.15. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

30.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

30.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

30.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

30.18.1 Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

- a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60



(sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;

- b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

30.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

30.20. A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

30.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo contratado.

30.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

30.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

30.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

### **31 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:**

31.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do Contrato conforme o TERMO DE REFERÊNCIA nos termos das Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais legislações pertinentes à contratação do objeto em questão, inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais, referentes ao descarte dos materiais.

- 31.2. Empregar maquinário e equipamentos de qualidade igual ou superior, necessários para execução do objeto.
- 31.3. Elaborar relatórios demonstrando a evolução dos serviços realizados, na medida em que forem executados, a fim de que sejam atestados pela fiscalização do Contrato.
- 31.4. Identificar os profissionais que executarão os serviços, por meio de uniformes e crachás e que deverão portar equipamento de proteção individual (EPI).
- 31.5. Substituir, reparar ou corrigir, em até 48 horas, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização, arcando com o ônus de serviços rejeitados pela fiscalização, devendo os mesmos serem refeitos.
- 31.6. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação à CONTRATADA acerca do ato administrativo que lhes fixar o valor.
- 31.7. Se responsabilizar pelas ocorrências relativas a acidentes que possam ser vítimas seus empregados no desempenho de suas funções, por ocasião da execução dos serviços.
- 31.8. Assumir todas as despesas diretas e indiretas, tais como salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, uniformes, equipamentos, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da CONTRATADA, no desempenho dos serviços objeto deste contrato, ficando a CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 31.9. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por Lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste Instrumento, assim como quaisquer outros que julgar pertinente aos riscos que se considera exposto em vista das responsabilidades que lhe cabem.
- 31.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 31.11. A CONTRATADA deverá facilitar a ação dos Fiscais e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.
- 31.12. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todos e quaisquer comportamentos e

atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza ou decoro.

31.13. Veda-se à CONTRATADA, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais Contratos, sem a prévia autorização oficial escrita emitida pela CONTRATANTE.

31.14. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

31.15. A CONTRATADA deverá atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do Contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras.

31.16. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à Prefeitura na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

31.17. A contratada deverá designar as suas expensas PREPOSTO para que, sempre que houver necessidade, se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe disponibilizada.

31.18. A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

31.19. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função.

31.20. No momento da assinatura do contrato, a empresa contratada deverá comprovar que mantém programa de integridade (*compliance*), nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e

incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, conforme redação incluída pela Resolução PGE nº 4.346 de 30.01.2019.

31.21. Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, verifica-se que a própria Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

31.22. Caso o serviço seja executado em desacordo com os requisitos estabelecidos para a contratação ou em qualidade inferior ao estabelecido, a empresa contratada deverá substituí-lo ou complementá-lo em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.

31.23. Na forma da Lei Estadual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- até 200 empregados 2%.
- de 201 a 500 3%.
- de 501 a 1.000 4%.
- de 1.001 em diante 5%.

31.24. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

31.25. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando, preferencialmente, indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

31.26. Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, fax, e-mail até o final da vigência do Contrato.

31.27. A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pela manutenção e assistência dos serviços técnicos prestados conforme Art. 140, §6º, da lei 14.133/2021, cujo teor dispõe:

*“Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia*

*superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”*

### **32 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

32.1. Exercer acompanhamento e fiscalização permanente sobre os serviços executados, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade.

32.2. Realizar os pagamentos devidos à contratada, pela execução dos serviços nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação por parte do fiscal de Contrato informando do sucesso da execução observado nas entregas solicitadas.

32.3. Auxiliar à CONTRATADA com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar, facilitando o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Prefeitura e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Instrumento.

32.4. Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração;

32.5. Analisar a documentação apresentada para pagamento e verificar a sua conformidade com a execução dos serviços;

32.6. Ficam reservados ao Gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto CONTRATADO, desde que não acarrete ônus ou modificação na contratação.

32.7. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao

Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

32.8. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.

32.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **33 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

33.1. O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

33.2. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

33.3. Na Comarca da Capital as certidões são expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

33.4. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

33.5. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.



33.6. Serão considerados aceitos os balanços patrimoniais e contábeis, assim apresentados:

**33.6.1 - Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):**

- a) Publicados no Diário Oficial; ou
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

**33.6.2 - Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- a) Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, ou
- b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

**33.6.3 - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:**

- a) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante, ou
- b) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente.

**33.6.4 - Sociedade criada no exercício em curso:**

- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

33.7. Os balanços patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

33.8. A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada, dentre outros critérios, pelos Índices de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), através

índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

- a) **Índice de Liquidez Geral:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} \geq 1/$$

- b) **Índice de Liquidez Corrente:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE} \geq 1/$$

- c) **Índice de Endividamento:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Endividamento (IE) igual ou menor que 1 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO} \leq 1/$$

33.9. Comprovação de ser dotado de patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, como estabelece o disposto no artigo 69, inciso II, § 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei e com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

33.10. Especificamente com relação à adoção de análise da saúde financeira dos licitantes, deverá se adotar as disposições previstas no art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

33.11. É condição precípua levar em consideração que a qualificação econômico-financeira visa apurar a disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Como a utilização dos índices propostos para o presente certame tem sido constantemente utilizada nas licitações da Administração Pública Estadual, logrando êxito na avaliação objetiva dos licitantes, para comprovação de que os licitantes têm condições da garantia da execução dos serviços nos termos desejados, defendemos a sua manutenção como critério de avaliação acrescido da exigência cumulativa de capital social mínimo igual ou superior a 10%, como disposto no artigo 69, inciso II, § 4º da Lei nº 14.133/2021

#### **34 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

34.1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, por meio da análise da experiência prévia do licitante, se a empresa possui condições técnicas para executar de forma satisfatória o objeto licitado, evitando que a Administração Municipal contrate empresas desqualificadas.

34.2. Para comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme Resolução PGE nº 4504, de 31 de janeiro de 2010 e o artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

34.3. A comprovação abrangerá a Capacidade Técnico-Operacional e a Capacidade Técnico-Profissional, conforme detalhado a seguir:

##### **34.3.1 – Capacidade Técnico-Operacional**

A Capacidade Técnico-Operacional refere-se à comprovação em que a empresa possui experiência anterior na execução de serviços ou obras semelhantes ao objeto desta licitação, que contemple a Execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico para o serviço, demonstrando que dispõe de estrutura, equipamentos, métodos e organização adequados para a execução contratual, conforme subitens a seguir.

34.3.1.1. A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional será feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico e/ou a Certidão de Acervo Operacional, acompanhadas do Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto

da licitação, devidamente registradas pelo CREA ou CAU, conforme o caso, que comprovem as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas no item 34.3.1.5.;

34.3.1.1.1. Será admitida a apresentação de mais de um Atestado de Capacidade Técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.

34.3.1.4 Prova de possuir disponibilidade de instalações físicas adequadas, próprias ou locadas, dimensionadas segundo as necessidades técnicas e logísticas do contrato, de equipamentos, máquinas, ferramentas e instrumentos suficientes e disponíveis, ou passíveis de disponibilização imediata em condições adequadas de uso, e de pessoal técnico qualificado para a realização do objeto da contratação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

34.3.1.5. A aptidão técnico-operacional deverá contemplar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no Anexo I do Termo de Referência, referentes às parcelas de maior relevância, a saber:

Item	Código	Descrição	Und Medida	Qtde a comprovar
20	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA,EM CONCRETO ASFALTICO,E M AREAS COM INTERFERENCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES,COM ESPESSURA ATE 5CM,INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE,EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBR A (VIDE	M2	220.404,50
44	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE,IMPORTA DO DE USINA,EXECUTADO EM UMA CAMADA,DE ACORDO COM AS INSTRUC OES/ESPECIFICACOES DO CONTRATANTE,COMPREENDENDO PREPARO,ESPA LHAMENTO E COMPACTACAO MECANICOS E OS MATERIAIS,EXCLUSIVE T RANSPOR	T	34.443,14

34.3.1.6 Exigência técnica específica para este serviço, considerando a complexidade tecnológica: Execução de serviços de tapa-buraco com utilização de caminhão específico para o serviço.

34.3.1.7 Certidão de Registro Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU vigente na data do certame.

34.3.2. Para comprovação da qualificação técnica profissional, segundo o Artigo 67, deve-se possuir:

A Capacidade Profissional diz respeito à comprovação de que a empresa dispõe, em seu quadro permanente, de profissional(is) legalmente habilitado(s) e detentor(es) de experiência técnica compatível com o objeto licitado.

34.3.3.1. Certidão de Registro do Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, vigente na data do certame.

34.3.3.2. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, profissional ou profissionais de nível superior detentores de Certidão de Acervo Técnico acompanhada do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica devidamente registrados e emitidos pelo CREA e/ou CAU. Tais documentos devem atestar que os profissionais possuem experiência na execução de serviços conforme as parcelas de maior relevância abaixo demonstradas.

20	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA, EM CONCRETO ASFALTICO, E EM ÁREAS COM INTERFERÊNCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES, COM ESPESURA ATÉ 5CM, INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE, EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBRAS (VERE)	M2	220.404,50
44	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, IMPORTADO DE USINA, EXECUTADO EM UMA CAMADA, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATANTE, COMPREENDENDO PREPARO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MECÂNICOS E OS MATERIAIS, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	34.443,14

34.3.3.3. A comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) Certidão(ões) Acervo Técnico é (são) vinculado(s) à Licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado, de declaração de compromisso de disponibilidade ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um vínculo jurídico entre a Licitante e o(s) profissional(is) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

34.3.3.4 Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da Licitante servirá de

documento hábil à comprovação do vínculo.

34.3.3.5 No evento em que duas ou mais licitantes apresentem atestados do mesmo profissional como prova de qualificação técnica, ambos serão considerados inabilitados, exceto nos casos em que os atestados provenham de consórcios, nos quais as empresas tenham colaborado conjuntamente em outro processo licitatório. Neste contexto, o processo anterior deve estar concluído e os valores expressos nos atestados devem ser considerados proporcionalmente à participação de cada empresa. Em situações de proporções não definidas, as participações das empresas envolvidas no consórcio serão tratadas como iguais.

34.3.3.6 Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Pregão.

## **35 – QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

### **35.1. JURÍDICA**

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.
- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do



local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

### **35.2. FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
- Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do

Estado.

- Regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;
- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.
- Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.
- O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.
- A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos

Trabalhistas com efeito negativo.

- Declaração referente ao Artigo 63, Inciso IV, Lei 14133/2021, Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem - DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Lei do Trabalho – CLT.
- Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

### **36-DA GARANTIA CONTRATUAL:**

36.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de três meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto nos artigos 96, 97 e 98, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária; ou
- d) título de capitalização.

36.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

36.3. Caso o valor do contrato seja alterado, consoante art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias, para que seja mantido o percentual de 5% (um por cento) do valor do Contrato.

36.4. A não apresentação da garantia, ou atraso na entrega, será passível de aplicação das penalidades previstas na lei, bem como, seu desconto junto ao faturamento.

36.5. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor

original será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

36.6. Deverá constar na garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, uma Cláusula prevendo a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

### **37 – DA VISTORIA:**

37.1. Não caberá vistoria antes do certame licitatório, considerando a natureza da pretensa contratação, portanto, não será necessário a apresentação de atestado de visita.

37.2. Caberá à CONTRATADA a realização de vistoria prévia após a expedição da Ordem de Início, pela CONTRATANTE, no local contemplado pelo serviço, permitindo uma análise prévia e posterior à entrega do serviço.

### **38 – ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

38.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do fornecedor com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação, bem como, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento, quando for o caso.

### **39 – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

39.1. Não será admitida a subcontratação de parcelas do objeto desta licitação, em qualquer

hipótese.

39.2. A vedação justifica-se pelo fato de que o objeto demanda a execução integral por empresa única, a fim de garantir a uniformidade, a qualidade técnica e a adequada fiscalização dos serviços.

39.3. Ressalta-se que a execução direta pela CONTRATADA evita riscos de fragmentação contratual, atrasos na execução e dificuldades de controle da Administração quanto à responsabilidade técnica, assegurando maior eficiência e economicidade.

39.4. A proibição de subcontratação não compromete a competitividade do certame, considerando que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a executar, de forma isolada, todas as parcelas do objeto licitado.

#### **40 – DO CONSÓRCIO:**

40.1 Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na futura licitação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, como medida apta a ampliar a competitividade do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

40.2 A permissão para participação de consórcios encontra amparo na legislação vigente e no entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, segundo o qual a vedação à formação de consórcios deve ser devidamente motivada, sob pena de restrição indevida à competitividade, não se verificando, no caso concreto, óbice técnico ou operacional que justifique sua proibição.

40.3 Considerando a natureza do objeto, a diversidade de serviços envolvidos e a necessidade de adequada capacidade técnica e operacional, entende-se que a atuação consorciada pode contribuir para a execução eficiente do objeto, sem prejuízo ao interesse público, desde que observadas as condições legais aplicáveis.

40.4 As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e da futura execução contratual, inclusive quanto às responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais, nos termos do art. 15, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

40.5 O instrumento convocatório (Edital) estabelecerá, de forma expressa, clara e objetiva, todas as condições, limites e exigências para a participação de consórcios, incluindo, no mínimo, a forma de comprovação da constituição do consórcio, a indicação de empresa líder, a definição das responsabilidades das consorciadas, os critérios de habilitação técnica e econômico-financeira e demais requisitos necessários à adequada execução do objeto.

40.6 A admissão de consórcios, nos termos ora justificados, não compromete a eficiência, a segurança jurídica ou a gestão contratual, permanecendo assegurados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e interesse público.

#### **41 – COOPERATIVA:**

41.1. Considerando a necessidade de indicação de preposto durante a execução dos serviços, **não será possível a participação de empresas**, em cooperativa, principalmente na medida em que, pela natureza da atividade ou pelo modo como o serviço é usualmente executado no mercado, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a empresa contratada, bem como pessoalidade e habitualidade, situação que veda a participação de sociedades cooperativas em licitações, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

#### **42 – PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:**

42.1. A fiscalização do Contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores do CONTRATANTE, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133 de 2021, ficando o titular do referido Ente como corresponsável.

42.2. A execução do contrato será acompanhada pelo Gestor, e, fiscalizada por Comissão de Fiscalização a ser designada, pelo titular da Pasta, nos termos do Art. 7º da Lei 14.133/2021, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como diligenciar a regularização de falhas.

42.3. Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. Deverão os Fiscais do Contrato, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

42.4. À empresa vencedora do certame será apresentado o Plano de Gestão com critérios e orientações referente à execução do contrato, material elaborado pela CONTRATANTE de



forma a orientar a fiscalização na execução dos serviços contratados.

42.5. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

42.6. A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatando as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços CONTRATADOS.

42.7. A CONTRATANTE manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização e ou servidor formalmente designado para acompanhamento e controle dos trabalhos.

42.8. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE.

42.9. A fiscalização mencionada neste item não isenta nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive diante de terceiros, por qualquer irregularidade, mesmo que decorrente de falhas técnicas ou defeitos ocultos, sem que tal ocorrência implique em corresponsabilidade da Administração ou de seus representantes, conforme estabelecido pelo art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

42.10. A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas.
- b) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.
- c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA.

42.11. A implementação e condução da fiscalização pelo CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de realizar sua própria fiscalização, incumbindo-lhe conduzir uma análise

minuciosa da execução dos serviços. Isso possibilitará que, oportunamente e de forma documentada, todas as discordâncias ou incertezas eventualmente identificadas sejam comunicadas à fiscalização, caso interfiram no adequado cumprimento do contrato, visando esclarecimentos necessários.

42.12. As decisões e ações que excederem a autoridade do representante da CONTRATANTE devem ser encaminhadas aos seus superiores dentro de um prazo suficiente para que sejam tomadas as medidas apropriadas.

42.13. Embora a CONTRATADA seja única e exclusivamente responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem limitar essa responsabilidade, realizar uma fiscalização abrangente e completa dos serviços, tanto diretamente quanto por meio de representantes designados.

42.14. A CONTRATADA obriga-se a manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

42.15. A CONTRATADA deverá apresentar, junto com as medições de serviço, todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal quanto aos débitos trabalhistas, tributários, FGTS, INSS, Receita Federal, sendo obrigatório a contratação dos empregados através do regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

42.16. Serão adotadas as seguintes ações em caso de descumprimento das obrigações citadas acima:

- Retenção das notas fiscais ou faturas em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada;
- Retenção da garantia contratual prestada para cobertura dos casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

### **43 – DO RECEBIMENTO:**

43.1. O processo de recebimento do objeto será regido de acordo com a seguinte sequência, na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/21.

43.2. O **Recebimento Provisório** na conclusão do serviço, pelo fiscal do contrato designados pela

autoridade administrativa competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, devendo atestar o cumprimento das exigências de caráter técnico.

43.3. O **Recebimento Definitivo** ficará a cargo de comissão designada pela autoridade competente, mediante parecer circunstanciado da Comissão, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, consignando a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

43.4. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o CONTRATADO, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da recuperação, e em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o CONTRATADO ficará responsável pela reparação, pela correção ou pela substituição necessárias.

#### **44 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

44.1. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatoriamente e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme os quantitativos e as especificações deste instrumento.

44.2. Antes de apresentar a proposta, a empresa deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrada ou alteração de qualidade.

44.3. A CONTRATADA, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços em atendimento ao presente Termo de Referência, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste, além dos casos previstos na legislação em vigor.

44.4. A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas, emolumentos, insumos, fiscal e previdenciária, com detalhamento de todos os elementos que possam influenciar no custo, tais como o valor para a remuneração da mão de obra utilizada no serviço, benefícios, seguros, taxas de administração e lucro, Impostos, sua exigibilidade e seus

percentuais, insumos etc.

44.5. Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.

44.6. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

44.7. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pelo CONTRATADO serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

44.8. O CONTRATADO deverá providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços.

44.9. O CONTRATADO deverá indicar um preposto, aceito pela FISCALIZAÇÃO, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF, identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

44.9.1. O preposto terá as seguintes responsabilidades:

- a) Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- b) Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;
- c) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- d) Cuidar da disciplina; e
- e) Estar em PERMANENTE contato com a FISCALIZAÇÃO.

44.10. A fiscalização de que trata este Instrumento não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

44.11. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

44.12. A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste Instrumento fornecendo todo serviço solicitado de acordo com as necessidades da Prefeitura, mediante expedição de ORDEM DE SERVIÇO pela administração, devendo adotar todas as providências necessárias à manutenção do fornecimento.

#### **45 – DECLARAÇÃO DE RATIFICAÇÃO:**

45.1. Na forma estabelecida pelo Art. 14 da Lei nº 14.133/21, a área demandante devidamente representada pelo seu gestor responsável DECLARA e RATIFICA para todos os efeitos legais que o presente Termo de Referência foi elaborado com independência técnica, sem qualquer forma de participação, direta ou indireta, de pessoa ou empresas estranhas ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

45.2. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem anterior, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre os autores do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

Cabo Frio, 15 de janeiro de 2026.

---

Elaborador Técnico

---

Ordenador de Despesas

ANEXO II  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	CUSTO UNITÁRIO	BDI 24,31%	PREÇO UNITÁRIO	CONTRATUAL (12 MESES)	
							QUANT.	VR TOTAL
	CATEGORIA 02 - CANTEIRO DE OBRA							
1	02.006.0050-A	ALUGUEL DE BANHEIRO QUIMICO,PORTATIL,MEDINDO 2,31M ALTURA X 1,56M LARGURA E 1,16M PROFUNDIDADE,INCLUSIVE INSTALACAO E RE TIRADA DO EQUIPAMENTO,FORNECIMENTO DE QUIMICA DESODORIZANTE, BACTERICIDA E BACTERIOSTATICA,PAPEL HIGIENICO E VEICULO PROP RIO COM	UNXMES	R\$ 1.350,00	R\$ 328,18	R\$ 1.678,18	36,00	R\$ 60.414,48
2	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNE CIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA.FORNECI MENTO E COLOCACAO	UN	R\$ 103,79	R\$ 25,23	R\$ 129,02	36,00	R\$ 4.644,72
3	02.001.0002-A	TAPUME DE VEDACAO OU PROTECAO,EXECUTADO C/CHAPAS DE MADEIRA COMPENSADA,RESINADA,LISA,DE COLAGEM FENOLICA,A PROVA D'AGUA, COM 2,20X1,10M E 6MM DE ESPESSURA,PREGADAS EM PECAS DE MADEI RA DE 3ª DE 3"X3" HORIZONTAIS E VERTICAIS A CADA 1,22M,EXCLU SIVE PI	M2	R\$ 56,02	R\$ 13,61	R\$ 69,63	600,00	R\$ 41.778,00
4	02.004.0002-B	BARRACAO OBRA C/PAREDES CHAPAS MADEIRA COMPENSADA,PLASTIF.,L ISA,COLAGEM FENOLICA,PROVA D'AGUA, COM 10MM ESP.PISO E ESTRU TURA MADEIRA 3ª,COBERTURA TELHAS ONDULADAS 6MM FIBROCIMENTO, EXCL.PINT.E LIGACOES PROVISORIAS,INCL.INST.,APARELHOS,ESQUAD RIAS E	M2	R\$ 548,64	R\$ 133,37	R\$ 682,01	48,00	R\$ 32.736,48
5	02.020.0001-A	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E S UPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	R\$ 529,30	R\$ 128,67	R\$ 657,97	72,00	R\$ 47.373,84



**COMSERCAF**

6	02.011.0001-A	CERCA PROTETORA DE BORDA DE VALA,CONSTRUIDA COM MONTANTES DE 3"X3" DE MADEIRA DE 3º,C/1,50M DE COMPRIMENTO,FICANDO 0,50M ENTERRADO, COM INTERVALO DE 2,00M E 2 TABUAS DE MADEIRA DE 1"X12",HORIZONTAIS,COM 40CM DE SEPARACAO,COM APROVEITAMENTO DE UMA VEZ	M	R\$ 39,68	R\$ 9,64	R\$ 49,32	2.400,00	R\$ 118.368,00
7	02.015.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVA CAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	R\$ 4.763,67	R\$ 1.158,04	R\$ 5.921,71	3,00	R\$ 17.765,13
8	02.016.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA EL ETRICA,EM BAIXA TENSÃO,PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A, CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	R\$ 2.470,88	R\$ 600,67	R\$ 3.071,55	3,00	R\$ 9.214,65
9	02.030.0025-A	CAVALETE PLASTICO UNIVERSAL DE POLIETILENO DE ALTO IMPACTO ( ALUGUEL),NA COR BRANCA,COM PAINEIS DE FITA REFLETIVA NAS DIM ENSOES (1,15X0,61)M,PERMITINDO ADAPTACAO DE ATE 2 PISCAS ALE RTAS E PLACAS DE SINALIZACOES DIVERSAS,DE ACORDO COM O MANUA LDA CE	UNXMES	R\$ 128,73	R\$ 31,29	R\$ 160,02	72,00	R\$ 11.521,44
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 343.816,74</b>
<b>CATEGORIA 03 - MOVIMENTO DE TERRA</b>								
10	03.001.0001-B	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (A (AREIA,ARGILA OU PICARRA),ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE,EXCLUSIV E ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	R\$ 74,59	R\$ 18,13	R\$ 92,72	136,80	R\$ 12.684,09
11	03.015.0010-A	REATERRO DE VALA/CAVA COM PO-DE-PEDRA,INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL E COMPACTACAO MANUAL	M3	R\$ 199,09	R\$ 48,39	R\$ 247,48	1.026,00	R\$ 253.914,48
12	03.016.0015-B	ESCAVACAO MECANICA DE VALA NAO ESCORADA,EM MATERIAL DE 1ªCAT EGORIA,ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE,UTILIZANDO RETRO-ESCAVADEIR A,EXCLUSIVE ESGOTAMENTO	M3	R\$ 10,77	R\$ 2,61	R\$ 13,38	2.052,00	R\$ 27.455,76
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 294.054,33</b>
<b>CATEGORIA 04 - TRANSPORTES</b>								

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO



**COM**

13	04.005.0160-A	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA,EXCLUSIVE AS DESPESAS DE CARGA E DESCARGA,TANTO DE ESPERA DO CAMINHAO COMO DO SERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR,A VELOCIDADE MEDIA DE 50KM/H ,EM CAMINHAO BASCULANTE A OLEO DIESEL,COM CAPACIDADE UTIL DE 17T	T X KM	R\$ 0,64	R\$ 0,15	R\$ 0,79	884.572,47	R\$ 698.812,24
14	04.005.0350-B	TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS PESADOS EM CARRETAS,EXCLUSIVE A CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.014.0091) E O CUSTO HORARIO DOS EQUIPAMENTOS TRANSPORTADOS	T X KM	R\$ 2,53	R\$ 0,61	R\$ 3,14	2.475,00	R\$ 7.771,50
15	04.014.0091-B	CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS PESADOS,EM CARRETAS,EXCLUSIVE O CUSTO HORARIO DO EQUIPAMENTO DURANTE A OPERACAO	T	R\$ 55,96	R\$ 13,60	R\$ 69,56	165,00	R\$ 11.477,40
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 718.061,14</b>
<b>CATEGORIA 05 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>								
16	05.002.0100-A	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE RUA,CONSIDERANDO DEMOLICAO DE CAMADA DE ASFALTO E CONCRETO,MOVIMENTACAO E CONCRETAGEM,EXCLUSIVE CERCA PROTETORA	UN	R\$ 314,14	R\$ 76,36	R\$ 390,50	110,00	R\$ 42.955,00
17	05.010.0001-A	ESGOTAMENTO NORMAL DE VALAS,MEDIDO POR VOLUME D'AGUA ESGOTADO,UTILIZANDO BOMBA ACIONADA POR MOTOR A GASOLINA DE 12,5CV,DIAMETRO DE SUCCAO E DESCARGA DE 1.1/2",CONSIDERANDO UMA ALTURA MANOMETRICA ATE 10,00M	M3	R\$ 0,88	R\$ 0,21	R\$ 1,09	205,20	R\$ 223,66
18	05.020.0020-A	SINALIZACAO HORIZONTAL,MECANICA,COM TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA,EM VIAS URBANAS,CONFORME ABNT NBR 12935 E NORMA DNIT 100/2018-ES.	M2	R\$ 36,15	R\$ 8,78	R\$ 44,93	100.704,56	R\$ 4.524.656,06
19	05.020.0030-A	SINALIZACAO MANUAL DE FAIXAS E FIGURAS PARA PEDESTRES,COM TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA,EM VIAS URBANAS,COM UTILIZACAO DE PISTOLA PNEUMATICA(SPRAY),CONFORME NORMAS DO DER-RJ	M2	R\$ 69,84	R\$ 16,97	R\$ 86,81	1.800,00	R\$ 156.258,00
20	05.022.0015-A	CORTE MECANICO COM MAQUINA FRESADORA,EM CONCRETO ASFALTICO,EM AREAS COM INTERFERENCIA TIPO TRILHOS OU TAMPOES,COM ESPESURA ATE 5CM,INCLUSIVE COLETA DO MATERIAL FRESADO EM CAMINHO BASCULANTE,EXCLUSIVE TRANSPORTE PARA FORA DO CANTEIRO DE OBRAS (VIDE	M2	R\$ 10,11	R\$ 2,45	R\$ 12,56	220.404,50	R\$ 2.768.280,52



**COM  
SER**

21	05.100.0020-A	CAFÉ DA MANHÃ, CONFORME CONVENÇÃO DO TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E CONDIÇÕES HIGIÊNICAS E SANITÁRIAS ADEQUADAS	UN	R\$ 10,00	R\$ 2,43	R\$ 12,43	1.584,00	R\$ 19.689,12
22	05.100.0022-A	REFEIÇÃO CONFORME CONVENÇÃO DO TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E CONDIÇÕES HIGIÊNICAS E SANITÁRIAS ADEQUADAS	UN	R\$ 18,00	R\$ 4,37	R\$ 22,37	1.584,00	R\$ 35.434,08
23	05.100.0024-A	CESTA BÁSICA, CONFORME CONVENÇÃO DO TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	UNXMES	R\$ 325,00	R\$ 79,00	R\$ 404,00	48,00	R\$ 19.392,00
24	05.100.0026-A	VALE TRANSPORTE, CONSIDERANDO PASSAGEM IDA E VOLTAS	UN	R\$ 7,85	R\$ 1,90	R\$ 9,75	2.112,00	R\$ 20.592,00
25	05.100.0900-A	UNIDADE REF.P/COMPL.ADM LOCAL, CONSID: CONSUMO ÁGUA, TEL. ENERGIA ELÉTRICA, MAT. LIMPEZA E ESCRITÓRIO, COMPUTADORES, LICENÇA OBRAS, MOVEIS E UTENSÍLIOS, ARCOND. BEBEDOURO, ART. RRT, FOTOGRAFIA UNIFORMES, DIÁRIAS, EXAMES ADMISSIONAIS PERIÓDICOS E DEMISSIONAIS, CUR	UR	R\$ 36,29	R\$ 8,82	R\$ 45,11	1.086,34	R\$ 49.004,72
26	05.105.0121-A	MAO-DE-OBRA DE APONTADOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 55.210,12	R\$ 13.421,58	R\$ 68.631,70	12,00	R\$ 823.580,40
27	05.105.0122-A	MAO-DE-OBRA DE ALMOXARIFE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 5.521,12	R\$ 1.342,18	R\$ 6.863,30	12,00	R\$ 82.359,60
28	05.105.0126-A	MAO-DE-OBRA DE FEITOR (ENCARREGADO DE TURMA), INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 6.112,48	R\$ 1.485,94	R\$ 7.598,42	12,00	R\$ 91.181,04
29	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 20.519,84	R\$ 4.988,37	R\$ 25.508,21	8,40	R\$ 214.268,96
30	05.105.0131-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO SENIOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 41.039,68	R\$ 9.976,74	R\$ 51.016,42	3,60	R\$ 183.659,11
31	05.105.0169-A	MAO-DE-OBRA DE TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	R\$ 7.766,88	R\$ 1.888,12	R\$ 9.655,00	4,80	R\$ 46.344,00
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 9.077.878,27</b>
<b>CATEGORIA 06 - GALÉRIAS, DRENOS E CONEXOS</b>								
32	06.088.0010-A	EMBASAMENTO DE TUBULAÇÃO, FEITO COM PÓ-DE-PIEDRA	M3	R\$ 179,86	R\$ 43,72	R\$ 223,58	136,80	R\$ 30.585,74
33	06.001.0031-A	ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, EXCLUSIVE FORN. DESTES, PARA COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 400MM, ATÉ O SOCO À ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO, CONSIDERANDO O MATERIAL DA PRÓPRIA ESCAVACÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATERIAL	M	R\$ 72,99	R\$ 17,74	R\$ 90,73	720,00	R\$ 65.325,60



**COM**  
**SERCAF**

06.001.0033-A

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO,EXCLUSIVE FORN.DEST ES,PARA COLETOR DE AGUAS PLUVIAIS,COM DIAMETRO DE 600MM,ATERRO E SOCA ATE A ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO,CONSIDERANDO O MATERIAL DA PROPRIA ESCAVACAO,INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATE

M

R\$ 113,63

R\$ 27,62

R\$ 141,25

300,00

R\$ 42.375,00

35

06.001.0035-A

ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO,EXCLUSIVE FORN.DEST ES,PARA COLETOR DE AGUAS PLUVIAIS,COM DIAMETRO DE 800MM,ATERRO E SOCA ATE A ALTURA DA GERATRIZ SUPERIOR DO TUBO,CONSIDERANDO O MATERIAL DA PROPRIA ESCAVACAO,INCLUSIVE FORNECIMENTO DO MATE

M

R\$ 163,38

R\$ 39,71

R\$ 203,09

180,00

R\$ 36.556,20

36

06.251.0041-A

TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2,PARA GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS,COM DIAMETRO DE 400MM,JUNTA DE ARGAMASSA. FORNECIMENTO

M

R\$ 227,63

R\$ 55,33

R\$ 282,96

720,00

R\$ 203.731,20

37

06.251.0043-A

TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2,PARA GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS,COM DIAMETRO DE 600MM,JUNTA DE ARGAMASSA. FORNECIMENTO

M

R\$ 422,30

R\$ 102,66

R\$ 524,96

300,00

R\$ 157.488,00

38

06.251.0045-A

TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2,PARA GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS,COM DIAMETRO DE 800MM,JUNTA DE ARGAMASSA. FORNECIMENTO

M

R\$ 694,66

R\$ 168,87

R\$ 863,53

180,00

R\$ 155.435,40

39

06.015.0010-A

POCO DE VISITA EM ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO(20X20X40CM ),PAREDES 0,20M DE ESP.C/1,20X1,20X1,40M,P/COLETOR AGUAS PLUVIAIS 0,40 A 0,70M DE DIAM.UTILIZANDO ARG.CIM.AREIA,TRACO 1: 4,SENDO PAREDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARG.,ENCHI

UN

R\$ 2.834,68

R\$ 689,11

R\$ 3.523,79

34,00

R\$ 119.808,86

40

06.015.0011-A

POCO DE VISITA EM ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO(20X20X40CM ),EM PAREDES DE 0,20M DE ESP.C/1,30X1,30X1,40M,P/COLETOR DE AGUAS PLUVIAIS DE 0,80M DE DIAM.UTILIZ.ARG.CIM.AREIA,TRACO 1 :4,SENDO AS PAREDES REVESTIDAS INTERNAMENTE C/ARG.ENCHIMENTO DOS BLO

UN

R\$ 2.974,25

R\$ 723,04

R\$ 3.697,29

6,00

R\$ 22.183,74

41

06.016.0007-A

TAMPAO COMPLETO DE FERRO FUNDIDO DUCTIL (NODULAR) ARTICULADO ,CIRCULAR,DN 600MM,COM TAMPA PARA ACESSO DE MANUTENCAO E SOB RETAMPA PARA MANOBRA,CLASSE D400,CONFORME ABNT NBR 10160,ASS ENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4 EM VOLU ME.FOR

UN

R\$ 597,71

R\$ 145,30

R\$ 743,01

205,00

R\$ 152.317,05

42

06.015.0030-A

CAIXA DE RALO ALVENARIA BLOCOS CONCRETO (20X20X40CM),PAREDES DE 0,20M DE ESP.,(0,30X0,90X0,90)M,P/AGUAS PLUVIAIS,SENDO P

UN

R\$ 1.115,31

R\$ 271,13

R\$ 1.386,44

9,60

R\$ 13.309,82



**COM**

**SER**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

**SE**

**RV**

**IS**

**CA**

**BO**

**DE**

AREDES CHAPISCADAS E REVESTIDAS  
INTERNAMENTE C/ARGAMASSA,ENC HIMENTO  
BLOCOS E BASE EM CONCRETO SIMPLES FCK=10MPA  
E GRELHA DE FERR

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO

**SUBTOTAL R\$ 999.116,61**

**CATEGORIA 08 - BASES E PAVIMENTOS**

43	08.001.0008-A	BASE DE BRITA CORRIDA,INCLUSIVE FORNECIMENTO DOS MATERIAIS,M EDIDA APOS A COMPACTACAO	M3	R\$ 173,02	R\$ 42,06	R\$ 215,08	3.173,82	R\$ 682.625,20
44	08.015.0067-A	REVESTIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE,IMPORTA DO DE USINA,EXECUTADO EM UMA CAMADA,DE ACORDO COM AS INSTRUC OES/ESPECIFICACOES DO CONTRATANTE,COMPREENDENDO PREPARO,ESPA LHAMENTO E COMPACATAcao MECANICOS E OS MATERIAIS,EXCLUSIVE T RANSPO	T	R\$ 577,60	R\$ 140,41	R\$ 718,01	34.443,14	R\$ 24.730.515,79
45	08.026.0002-A	PINTURA DE LIGACAO,DE ACORDO COM AS "INSTRUcoes PARA EXECUCA O",DO DER-RJ	M2	R\$ 2,44	R\$ 0,59	R\$ 3,03	251.761,41	R\$ 762.837,07
46	08.007.0001-A	ARRANCAMENTO E REASSENTAMENTO DE PARALELEPIPEDOS COM LIMPEZA DO BETUME ADERENTE SOBRE COLCHAO DE PO-DE-PEDRA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DO PO-DE-PEDRA E REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:3,EXCLUSIVE FORNECIMENTO DOS PARA LELEPIPED	M2	R\$ 83,23	R\$ 20,23	R\$ 103,46	3.236,28	R\$ 334.825,52
47	08.009.0007-A	PAVIMENTACAO COM PARALELEPIPEDOS (EXCLUSIVE TRANSPORTE DO PARALELEPIPEDO) SOBRE COLCHAO DE PO DE PEDRA E REJUNTAMENTO COM BETUME E CASCALHINHO,INCLUSIVE FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS	M2	R\$ 141,94	R\$ 34,50	R\$ 176,44	809,07	R\$ 142.752,31
48	EQ 19.05.0900	Kit Compacto "Tapa buracos", montado sobre caminhao com motor a diesel de 208 Cv, com motorista, equipado com silo termico com capacidade de 5m3 de massa asfaltica; sistema de descarga de massa asfaltica por eixo sem fim e bica direcional posicionavel para ambos os lados do caminhao; tanque de emulsao de 250 l com aquecimento e caneta manual para pintura e imprimacao; maquina policorte; rompedor hidraulico e caixa de residuo de entulho; caneta sopradora de ar comprimido e placa compactada vibratoria de 80 Kg. Custo horario produtivo.(desonerado)	h	R\$ 357,30	R\$ 86,85	R\$ 444,15	4.000,00	R\$ 1.776.600,00

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO



**COM  
SER**

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO

49	EQ 19.05.0903	Kit Compacto "Tapa buracos", montado sobre caminhão com motor a diesel de 208 Cv, com motorista, equipado com silo termico com capacidade de 5m3 de massa asfáltica; sistema de descarga de massa asfáltica por eixo sem fim e bica direcional posicionável para ambos os lados do caminhão; tanque de emulsão de 250 l com aquecimento e caneta manual para pintura e imprimação; máquina policorte; rompedor hidráulico e caixa de resíduo de entulho; caneta sopradora de ar comprimido e placa compactada vibratória de 80 Kg. Custo horário improdutivo.(desonerado)	h	R\$ 110,67	R\$ 26,90	R\$ 137,57	1.000,00	R\$ 137.570,00
50	08.026.0001-A	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO, DE ACORDO COM AS "INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO", DO DER-RJ	M2	R\$ 8,18	R\$ 1,98	R\$ 10,16	44.080,90	R\$ 447.861,94
51	20.004.0018-A	EXECUÇÃO DE "TAPA-BURACO", UTILIZANDO MISTURA BETUMINOSA, MÉDIA DO NA CACAMBA DO CAMINHÃO, EXCLUSIVE MATERIAIS E TRANSPORTE. SE FOR MEDIDO NO LOCAL, APOS A EXECUÇÃO, MULTIPLICAR ESTE CUSTO POR 1,35	M3	R\$ 416,74	R\$ 101,30	R\$ 518,04	35.264,72	R\$ 18.268.535,54
52	BP 09.05.0715	Revestimento em concreto asfáltico usinado a quente, com cimento asfáltico aditivado com polímero, com ponto de amolecimento superior a 80° C, conteúdo aditivo de mistura morna resistente a estocagem que permita espalhamento e compactação da mistura em temperatura inferior a 140 ° C, com incorporação de 15% de material obtido na fresagem de revestimento asfáltico (RAP), atendendo às normas de segurança e de meio ambiente, espalhado e compactado na espessura de 5 cm, de acordo com as especificações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, exclusive transporte da usina à pista.(desonerado)	M2	R\$ 89,55	R\$ 21,76	R\$ 111,31	8.816,18	R\$ 981.328,99
53	BP 09.05.0550	Reforço ou tratamento para trincamentos, com revestimento betuminoso, feito com manta de geogrelha flexível de poliéster de alta tenacidade ou de fibra de vidro revestida com polímero a elevada temperatura (mínimo de 180 °C), combinado com manta não tecida ultra leve, em forma de grelha, com abertura de malha de (40x40)mm, malha fixa sem movimentação resistência de 50KN/m, transversal e longitudinal, especificação segundo a norma DER-SP - ET-DE-P00/43, com as seguintes especificações: resistência a tração >=50KN/m para deformação <=12% conforme NBR 12824; resistência a fadiga >=90% de resistência retida após 100.000 ciclos carga/descarga e ponto de amolecimento >180 °C. Fornecimento e colocação.(desonerado)	M2	R\$ 45,94	R\$ 11,16	R\$ 57,10	17.632,36	R\$ 1.006.807,75
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 49.272.260,11</b>



CATEGORIA 19 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS								
54	19.004.0012-C	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 5,00M3,INCLUSIVE M OTORISTA	H	R\$ 215,54	R\$ 52,39	R\$ 267,93	2.534,40	R\$ 679.041,79
55	19.004.0012-E	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 5,00M3,INCLUSIVE M OTORISTA	H	R\$ 70,29	R\$ 17,08	R\$ 87,37	1.689,60	R\$ 147.620,35
56	19.004.0045-C	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLI NA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	R\$ 50,28	R\$ 12,22	R\$ 62,50	3.801,60	R\$ 237.600,00
57	19.004.0045-E	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLI NA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	R\$ 7,41	R\$ 1,80	R\$ 9,21	2.534,40	R\$ 23.341,82
58	19.005.0028-C	RETROESCAVADEIRA, COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 7T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV, CAPACIDADE APROXIMADA DA CACAMBA DE 0,76M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 4,00M, INCLUSIVE OPERADOR	H	R\$ 195,20	R\$ 47,45	R\$ 242,65	2.534,40	R\$ 614.972,16
59	19.005.0028-E	RETROESCAVADEIRA, COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 7T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV, CAPACIDADE APROXIMADA DA CACAMBA D E 0,76M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 4,00M, INCLUSI VE OPERADOR	H	R\$ 64,08	R\$ 15,57	R\$ 79,65	1.689,60	R\$ 134.576,64
60	19.010.0020-C	CUSTO HORARIO CORRIDO DE UTILIZACAO DE EQUIPAMENTO DE JATO D 'AGUA DE ALTA PRESSAO(SEWER-JET),MANGUEIRA DE 1" DE DIAMETRO ,PRESSAO ATE 2.000 LIBRAS,PARA LIMPEZA DE SISTEMA DE ESGOTAM ENTO PLUVIAL OU SANITARIO,INCLUSIVE EQUIPE DE OPERACAO E ABA STECIM	H	R\$ 364,46	R\$ 88,60	R\$ 453,06	1.267,20	R\$ 574.117,63
<b>SUBTOTAL</b>								<b>R\$ 2.411.270,39</b>
<b>TOTAL</b>								<b>R\$ 63.116.457,59</b>

# COMSERCAF

## COMPOSIÇÃO DO B.D.I - COM Desoneração - Lei 12.844/13

### X. Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras

TIPO	ALÍQUOTA (%)
X.1 - Administração Central	3,45
X.2 - Seguro e Garantia	0,48
X.3 - Risco	0,85
X =	4,78

### Y. Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS

TIPO	ALÍQUOTA (%)
Y.1 - Despesas Financeiras	0,85
Y =	0,85

### Z. Taxa representativa do LUCRO

TIPO	ALÍQUOTA (%)
Z.1 - Lucro Presumido	5,11
Z =	5,11

### I. Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS ( sobre o FATURAMENTO da empresa )

TIPO	ALÍQUOTA (%)
I.1 - ISSQN ( Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ) - Municipal	5,00
I.2 - COFINS ( Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ) - Federal	3,00
I.3 - P I S ( Programa de Integração Social ) - Federal	0,65
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013	2,00
I =	10,65

### B D I - Benefício e Despesas Indiretas

$$B D I = \frac{(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)}{(1 - I)} - 1$$

← Fórmula do BDI

X é a Taxa somatória das **DESPESAS INDIRETAS**, exceto tributos e despesas financeiras;

Y é a Taxa representativa das **DESPESAS FINANCEIRAS**;

Z é a Taxa representativa do **LUCRO**;

I é a Taxa representativa dos **IMPOSTOS**.

B.D.I com Desoneração → 24,31%

## COMPOSIÇÃO DO B.D.I - Sem Desoneração - Lei 12.844/13

### X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras

TIPO	ALÍQUOTA (%)
X.1 - Administração Central	3,45
X.2 - Seguro e Garantia	0,48
X.3 - Risco	0,85
X.3 - Mobilização e Desmobilização	0,00
<b>X =</b>	<b>4,78</b>

### Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS

TIPO	ALÍQUOTA (%)
Y.1 - Despesas Financeiras	0,85
<b>Y =</b>	<b>0,85</b>

### Z . Taxa representativa do LUCRO

TIPO	ALÍQUOTA (%)
Z.1 - Lucro Presumido	5,11
<b>Z =</b>	<b>5,11</b>

### I . Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS ( sobre o FATURAMENTO da empresa )

TIPO	ALÍQUOTA (%)
I.1 - ISSQN ( Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ) - Municipal	5,00
I.2 - COFINS ( Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ) - Federal	3,00
I.3 - P I S ( Programa de Integração Social ) - Federal	0,65
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013	
<b>I =</b>	<b>8,65</b>

### B D I - Benefício e Despesas Indiretas

$$B D I = \frac{(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)}{(1 - I)} - 1 \quad \leftarrow \text{Fórmula do BDI}$$

X é a Taxa somatória das **DESPESAS INDIRETAS**, exceto tributos e despesas financeiras;

Y é a Taxa representativa das **DESPESAS FINANCEIRAS**;

Z é a Taxa representativa do **LUCRO**;

I é a Taxa representativa dos **IMPOSTOS**.

sem Desoneração → **21,59%**

**ANEXO III**  
**MINUTA CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1175/2025**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF, AQUI DESIGNADA “CONTRATANTE” E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX**

A COMSERCAF – Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.572.121/0001-00, com sede administrativa situada na Avenida Nelore, nº 180, Monte Alegre, Cabo Frio/RJ, representada pelo Presidente, sr. Jehann Luis Castro da Costa, portador da carteira de identidade nº 215685702, Detran/RJ, devidamente inscrito no CPF sob o nº 126.335.087-90, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, XXXXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. XXXXXXXXX, Situada na XXXXXXXXXXXX, representada pelo(a) Srª XXXXXX, portador(a) da carteira nº xxxxxx, expedida xxx/xxx/xxxxx, inscrita no CPF sob o nº 414.116.177-20 o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, realizado nos autos do Processo Administrativo n.º 1175/2025, nos termos das seguintes cláusulas e condições:

**1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

- 1.1 - O objeto do presente contrato constitui na **prestação de serviços de conservação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, com recomposição da pavimentação, e conservação e manutenção de pavimentação em paralelos, e CBUQ no município de Cabo**

**Frio - RJ**, conforme condições descritas no termo de referência.

**2- CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:**

2.1 - O valor GLOBAL deste contrato é de **R\$ XXXXX,XX** (Valor por extenso).

**3- CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

3.1 - Em caráter geral, os serviços serão executados conforme o Termo de Referência e seus anexos cujo inteiro teor integra o presente contrato independente de transcrição.

**4- CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços ou obras serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; COMPRAS

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

## **5- CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1 - Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato, em até 30 (trinta) dias.

5.2 - Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir documento correspondente (NOTA FISCAL) em duas vias, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXX**.

5.3 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Contratante, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

5.4 - Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

5.5 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.

5.6 - Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da



Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal da COMSERCAF, com suas alterações e regulamentações posteriores.

5.7 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

5.8 - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

#### **6- 15 CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE-**

6.1 - Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irredutíveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado contado da data do orçamento estimado

#### **7- CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela Dotação da Orçamentária de:

PROGRAMA DE TRABALHO; 18.452.0027.2211

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00.00 .

#### **8- CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:**

8.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, e começará a contar a partir da sua data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF, podendo ser prorrogado.

**8.2** – O contrato será imediatamente interrompido e encerrado, tão logo que seja dada a Ordem de Início do Contrato em licitação para recuperação de vias e manutenção de logradouros públicos da cidade, que encontra-se em fase de preparo pela COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF.

## **9- CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1. GARANTIA CONTRATUAL**

9.1.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura deste contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de três meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto nos artigos 96, 97 e 98, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária; ou
- d) título de capitalização.

9.1.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação. Caso o valor do contrato seja alterado, consoante art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias, para que seja mantido o percentual de 5% (um por cento) do valor do Contrato.

A não apresentação da garantia, ou atraso na entrega, será passível de aplicação das penalidades previstas na lei, bem como, seu desconto junto ao faturamento.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

Deverá constar na garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º do artigo 96,

da Lei nº 14.133/2021, uma Cláusula prevendo a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

## **9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.2.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.2.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista

em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, único);

9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.19. Cumprir as obrigações contidas no termo de referência, independente de transcrição, parte integrante deste instrumento.

## **9.2. É DEVER DA CONTRATANTE:**

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



9.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.2.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.2.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10- CLÁUSULA DÉCIMA — DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 - O objeto da licitação será acompanhado pela CONTRATANTE e fiscalizado por servidor formalmente designado pela COMSERCAF', conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

10.2 - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação do Termo.

10.3 - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

10.4 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à CONTRATANTE e a terceiros.

10.5 - Serão designados, em ato próprio, servidores para fiscalização do contrato.

**11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

11.1 - O regime de execução contratual é o de execução indireta no regime de execução de empreitada por preço unitário levando-se em consideração os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO :**

12.1 - Não será admitida a subcontratação.

**13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES:**

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

13.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS:**

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

15.1 - ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto nos artigos 155 e 156 na Lei Federal nº. 14.133/21.

**16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

16.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.1.3. . Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:**

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **18- CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

18.1 - Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/21, bem como as demais legislações pertinentes.

#### **19- CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICAÇÃO:**

19.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**20- CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:**

20.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de CABO FRIO – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

Cabo Frio, **XXX de XXXX de 2026.**

\_\_\_\_\_  
**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO**

**CNPJ 17.572.121/000100**

**Contratante**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXX**

**CNPJ XXXXXXXX**

**Contratada**



**ANEXO IV**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ata de Registro de Preços nº 001/2026**

**Pregão Eletrônico nº 001/2026**

**Processo Administrativo nº 1175/2025**

A **COMSERCAF – Companhia de Serviços de Cabo Frio**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.572.121/0001-00, com sede administrativa situada na Avenida Nalore, nº 180, Monte Alegre, Cabo Frio/RJ, representada pelo Presidente, sr. Jehann Luis Castro da Costa, portador da carteira de identidade nº 215685702, Detran/RJ, devidamente inscrito no CPF sob o nº 126.335.087-90, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXX por intermédio de seu representante legal, XXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, expedida pelo XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, doravante denominado **FORNECEDOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, nº 001/2026, publicada no Diário Oficial do Município em XXXXX, no Jornal de Grande Circulação Regional “Extra” em XXXXX, e no Portal Nacional de Contratações Públicas em XXXXX, Processo Administrativo nº 1175/2025, RESOLVEM lavrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com sua classificação alcançada e quantidades cotadas no referido certame, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal 7.074/2023, bem como das condições e normativas constantes no competente Edital e seus anexos, especialmente quanto às disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conservação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, com recomposição da pavimentação, e conservação e manutenção de pavimentação em paralelos, e CBUQ no município de Cabo Frio - RJ**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante o disposto no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2026

**1.2.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem no Anexo I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**2.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 01 (um) ano, prorrogável, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2.4.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

**2.5.** A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORDEM DE FORNECIMENTO**

**3.1.** O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

**3.2.** Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

**4.1.** Os pagamentos serão efetuados à fornecedora após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) setor competente do órgão ou entidade requisitante.

**4.2.** O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente do órgão ou entidade requisitante.

**4.3.** No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**4.4.** O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o contratante esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto solicitado não tenha sido regularmente entregue e aceito.

**4.5.** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa IPCA aplicável à mora da Administração Pública.

**4.6.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

**5.1.** O fornecimento dos bens obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

**5.2.** Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os bens, observadas as condições do Termo de Referência e desta Ata de Registro de Preços.

**5.3.** O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**5.4.** O fornecimento dos bens será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS MATERIAIS”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência, para entrega no local indicado.

**5.5.** A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS MATERIAIS”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

**5.6.** As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital do Pregão Eletrônico nº 028/2025.

**5.7.** No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

**5.8.** A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, ainda que verificados posteriormente.

**5.9.** A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

**5.10.** Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

**5.11.** O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**6.1.** Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.333/2021, fica o licitante/contratado infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

a) advertência;

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**6.2.** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado ao licitante/contratado infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**6.3.** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao licitante/contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Multa de mora de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei Federal nº 14.133/2021 limitado a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei Federal nº 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei Federal nº 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**7.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo competente Decreto Municipal.

**7.2.1.** Observado o disposto no item 7.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador poderá:

**a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**b)** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**7.2.2.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços para aquele(s) item(ns) específico(s), adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.3.** A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**a)** pelo decurso do prazo de vigência;

**b)** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**c)** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

**d)** por razões de interesse público, devidamente justificadas;

**e)** no caso de substancial alteração das condições de mercado.

**7.4.** O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

**7.4.1.** Por iniciativa da Administração:

**a)** quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

**b)** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

**c)** quando a empresa beneficiária do registro for liberada das obrigações;

**d)** quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**e)** quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**f)** quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**g)** quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

**7.4.2.** Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

**7.5.** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 7.5, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

**7.6.** Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

**8.2.** As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 8.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**8.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 8.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**8.4.** Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**8.5.** Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**8.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**8.7.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2026 o Termo de Referência e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Cabo Frio/RJ para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



Proc.: 1175/2025
Fls.: _____
Rubrica: _____

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste instrumento, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme.

Cabo Frio/RJ, 07 de janeiro de 2026.

---

**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO**  
**Jehann Luis Castro da Costa**  
**Órgão Gerenciador**

---

**XXXXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXX**  
**Fornecedor**

QUANTITATIVOS E VALORES

---

**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO**  
**Jehann Luis Castro da Costa**  
**Órgão Gerenciador**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXX**  
**Fornecedor**

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI

**14.133/21**

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante,

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

DECLARA, também, que não participam dos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses;

DECLARA, de igual turno, que não dispõe em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada.

DECLARA, ainda, que não participam dos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, ter conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/xxxx e que atende plenamente todos os requisitos de habilitação e condições de participação desta licitação e também a Lei de Licitações nº 14.133/2021, não havendo nada que nos desabone.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO

SEU QUADRO FUNCIONAL

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme determina o artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,

IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Estrada Nalore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

Ref. ao Pregão Eletrônico nº xxxxx.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



## ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº

**14.133/2021**

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Estrada Nalore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

Ref. ao Pregão Eletrônico nº xxxxxxx.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob pena de desclassificação, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE**

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Estrada Nalore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

Ref. ao Pregão Eletrônico nº xxxxxxx.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## **ANEXO XI**

(Modelo)

(Papel timbrado da empresa)

### **DECLARAÇÃO DE ADEÇÃO AO CADASTRO DE RESERVA**

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF

Av. Neloire, 200 – Monte Alegre, Cabo Frio/RJ

Referente ao Pregão Eletrônico nº xxxx/xx

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA seu interesse na adesão ao Cadastro de Reserva do processo em epígrafe, de acordo com o Edital.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)